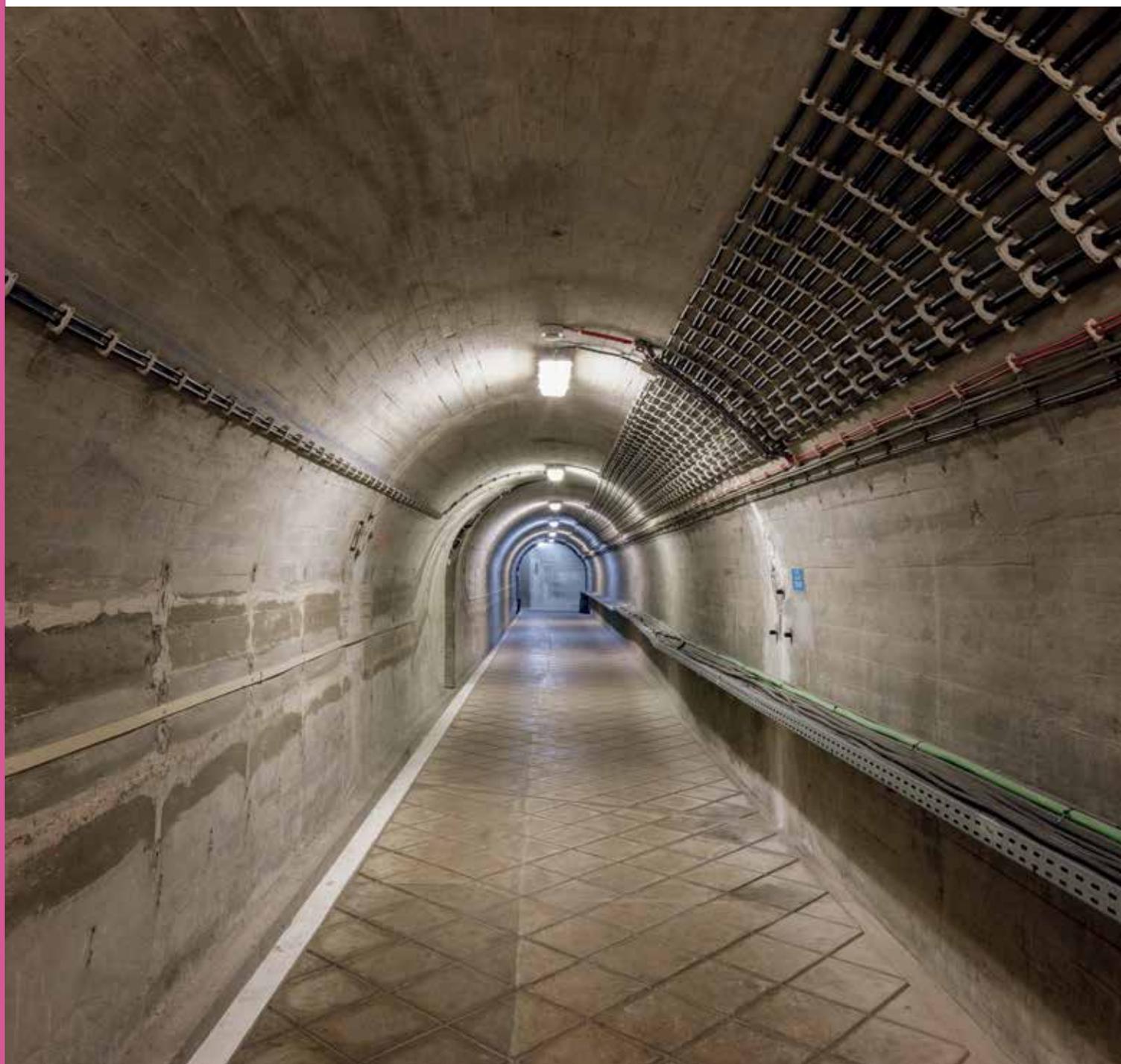


INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
ABR. MAI. JUN. / JUL. AGO. SET. 2025 #3/#4

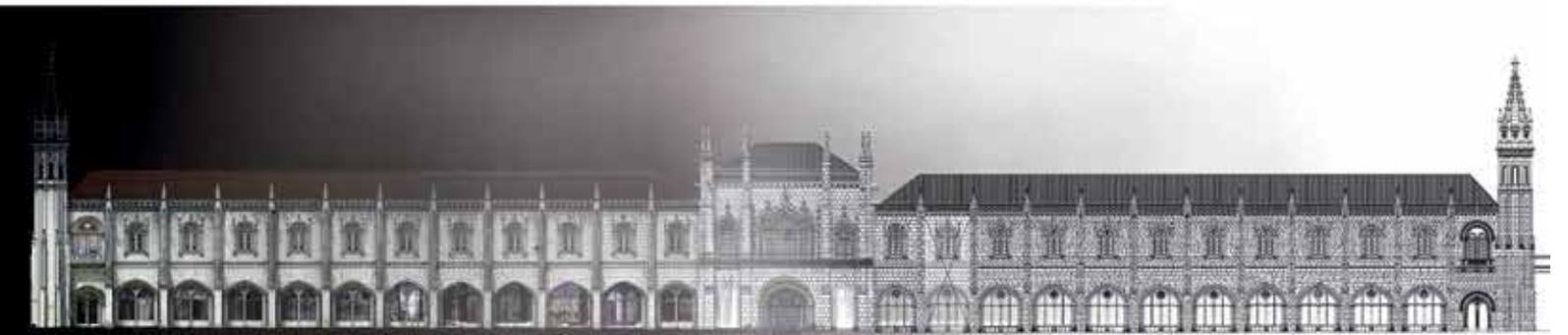
SR
SR LVT





.AR

architectural survey





PELA LENTE DE FRANCISCO NOGUEIRA

#3/#4 ABRIL/JULHO 2025

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Presidente

Pedro João Albino Novo

Vice-presidente

Alexandra Cláudia Rebelo Paio

Vogais

André David Santos Mendes Martins

Bruna Marisa Carreira Reis

Célia Sofia de Almeida Maia

David do Carmo Cachucho

Marco Manuel Lopes da Silva

Mariana Flor e Almeida Antunes Alves

Tiago Pinto Mascarenhas Rebelo de Andrade

Suplentes

Ana Catarina dos Santos Rebelo

Pedro Miguel Pereira Carvalho

Redação

António Henriques

Fátima Coelho | Secção “Biblioteca”

Revisão

Tiago Guilherme

Execução gráfica: Greca

Impressão e Acabamento

Capa: Inaset plus 300 gramas

Interior: Inaset 120 gramas

Depósito Legal

535227/24

ISSN

2976-0771

Publicação trimestral

Tiragem: 2000 exemplares

Linkedin OASRLVT

Facebook <https://www.facebook.com/oalvt>

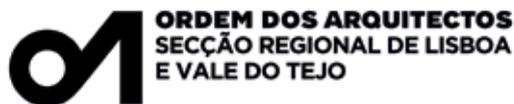
Instagram oasrlvt

website https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_lvt

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respetivos/as autores/as, bem como a respetiva ortografia usada.

A Revista é propriedade da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos.

@ Todos os direitos reservados.



4	Prémio Valmor Editorial André David
6	Aconteceu Agenda da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
12	Revisão dos Instrumentos de Planeamento Territorial e as Políticas de Habitação Entrevista Teresa Almeida
20	Habitação e Relações de Vizinhaça – Modelos Alternativos para Lisboa Simão Botelho
24	Autoria do projeto de arquitetura e fiscalização da obra José Saraiva de Lemos
26	Provavelmente o mais antigo prémio de arquitetura do mundo? José Manuel Pedreirinho
30	Um roteiro do Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura Redação
50	Prémio Valmor – Hotel 1908 Manuel Pardal Monteiro e João Pardal Monteiro
60	Rede Tagus Alberto Reaes Pinto, Daniel Santos de Jesus, Jorge Gonçalves, Joana Pestana Lages, Gonçalo Folgado, Maria Rita Pais
64	Fátima Coelho Biblioteca Keil do Amaral
66	O Papel da Encomenda Pública na qualidade e transparência da arquitetura: contributos e desafios Célia Maia
72	Observatório da Encomenda – Concursos Públicos Célia Maia, Célia Faria, Débora Félix
75	Biblioteca Fátima Coelho
76	Pela lente de Francisco Nogueira Barragem de Castelo do Bode

PRÉMIO VALMOR

Por **ANDRÉ DAVID**, ARQUITETO
Foto **NUNO ALMENDRA**

Compreender o Prémio Valmor e a sua evolução é procurar compreender desde a sua origem a própria arquitectura e a evolução da cidade de Lisboa, em que os seus limites definem o território onde o Prémio pode ser atribuído e cujo crescimento e desenvolvimento proveniente da sua origem que data a 1902 nos permite entender algumas das características das obras, do pensamento humano, das escolhas das suas implantações, e do modo como foram evoluindo durante o tempo e vivências da cidade.

Este Prémio fora deixado em testamento redigido em 1897, onde se especificavam claramente as indicações pretendidas pelo visconde de Valmor para o Prémio, que, foi com sensibilidade de responder, o mais fielmente possível, às disposições testamentárias do visconde de Valmor que a Câmara de Lisboa aprovou, em sessão de 23 de Dezembro de 1902, o primeiro regulamento do Prémio que previa que fosse anualmente nomeado um júri de três membros, diplomados em arquitectura, nomeados pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Sociedade dos Architectos Portuguezes e pela então Academia Real de Belas-Artes.

O Prémio Valmor enquanto intervenção crítica procura responder a uma investigação de uma abordagem destas obras quanto ao modo como algumas delas se

posicionaram face a uma leitura crítica da cidade, dos sítios ou dos programas a que tiveram que responder, sobretudo à vanguarda da arquitectura e dos seus sistemas construtivos que resultam em modernidade e contemporaneidade.

O Prémio Valmor, uma das mais prestigiadas distinções na área da arquitectura em Portugal, elogia a excelência e a inovação no campo da arquitectura, destacando projectos que não apenas de cariz estético, mas também dialogam com a cultura e a história do país, criando urbanidade. Instituído em 1902, o prémio tem sido um baluarte da arquitectura nacional, reconhecendo obras que se destacam pela qualidade estética, funcionalidade e integração no contexto.

Nos últimos anos, o Prémio Valmor tem-se adaptado aos desafios contemporâneos, reflectindo uma crescente sensibilidade com a sustentabilidade e a inclusão social. As obras premiadas não são apenas marcos de arquitectura, mas também testemunhos de um compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade. Essa evolução é essencial para o desenho de cidade num momento em que as cidades enfrentam o cumprimento de metas de poluição zero, o aquecimento global e a necessidade de espaços urbanos mais inclusivos.



“... o Prémio Valmor tem-se adaptado aos desafios contemporâneos, refletindo uma crescente sensibilidade com a sustentabilidade e a inclusão social.”



As edições recentes do prémio têm destacado projectos que vão além da mera construção, propondo soluções que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos. Exemplos de espaços públicos revitalizados, habitação acessível e intervenções que respeitam o património histórico são cada vez mais comuns entre os concorrentes e premiados. Isso demonstra uma mudança de paradigma na arquitectura portuguesa, onde o foco não está apenas na estética, mas também na funcionalidade e no impacto social das obras e isso é arquitectura.

Além disso, o Prémio Valmor serve como uma plataforma para novos talentos, incentivando jovens arquitectos a apresentar as suas abordagens através de obras construídas.

Essa renovação é crucial para o futuro da arquitectura em Portugal, garantindo que novas ideias e abordagens possam emergir e serem reconhecidas com mérito e excelência, contribuindo para um panorama arquitectónico dinâmico e diversificado.

É importante ressaltar que o impacto do Prémio Valmor vai além dos limites de Portugal. Ao reconhecer e promover a arquitectura portuguesa, o prémio ajuda a projetar o país no cenário internacional, posicionando-o como um espaço de criatividade e inovação.

As obras premiadas cativam frequentemente a atenção de críticos e profissionais de todo o mundo, colocando Portugal na rota dos grandes debates sobre arquitectura contemporânea.

O Prémio Valmor é mais do que uma simples premiação; é um reflexo do desenvolvimento cultural e social de Portugal. Ao celebrar a qualidade da arquitectura, o prémio não só honra os profissionais do sector, mas também enriquece a experiência urbana dos cidadãos, contribuindo para um futuro mais sustentável e harmonioso que se reflecte no desenho da cidade.

Que as próximas edições continuem a inspirar e a promover obras que façam a diferença na cidade de Lisboa e na vida das pessoas e que seja o cultivo e inspiração para valorização da arquitectura noutras cidades do país.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.

ATIVIDADES DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

PLURAIS, DIVERSAS, ACOLHEDORAS, PROFISSIONAIS

Por **REDAÇÃO**

As atividades promovidas e organizadas pela Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no correr do primeiro ano de mandato do triénio 23/26, têm espelhado o compromisso firme de renovação e de afirmação institucional, sem romper com o passado recente, construindo a continuidade de muitas iniciativas anteriores e reforçando e executando medidas de grande importância estratégica: valorização da profissão, apoio à prática profissional (em que se destaca a reestruturação do gabinete jurídico), promoção de eventos de divulgação e discussão públicas (debates, lançamento de livros, acolhimento e organização de exposições), acordos com instituições externas (destaque para a modernização dos protocolos institucionais com municípios, comunidades intermunicipais, instituições de ensino universitário, editoras e acordos comerciais com benefícios para os membros) ou o esforço, sem paralelo, na aquisição de espécies bibliográficas para o enriquecimento da Biblioteca Keil do Amaral. Destaque para a valorizações e cuidado com a equidade de género entre membros e no seio da instituição, que se evidenciou, ainda, no acolhimento de várias iniciativas públicas e na participação em eventos exteriores à Secção.

Encetou-se um intenso diálogo com os municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo,

designadamente com os departamentos de urbanismo, que culminou em ações de sensibilização e formação e na organização de visitas guiadas.

De forma igualmente pioneira, a OASRLVT e os representantes das direções e coordenações de seis centros de investigação do ensino superior criaram a Rede Tagus, para desenvolver esforços e iniciativas comuns relacionadas com a prática profissional e a investigação e a pesquisa em arquitetura, território, cidade, urbanismo e design. Em outro sentido, a OASRLVT criou uma publicação de raiz em formato impresso e digital (Intersecções), incentivando as outras Secções Regionais a fazerem o mesmo (o que já aconteceu com as Secções do Norte e do Algarve), com o objetivo declarado de fazer crescer a discussão da prática profissional, as relações entre a arquitetura e a sociedade e entre membros da Ordem e eleitos, e o fortalecimento da instituição no território, dando a conhecer o trabalho desenvolvido pela Secção Regional, analisando e tratando os temas da atualidade que mais importam aos membros.

Procurou-se reforçar a presença institucional nos meios de comunicação como sinal de afirmação pública da Secção enquanto entidade representativa, atenta e politicamente ativa aos desafios contemporâneos da arquitetura e dos projetistas.



1 REUNIÃO DA REDE TAGUS 10 janeiro 2025

◀◀ Colaboração entre centros de investigação e rede Cohabitar

Com representantes do CDR de LVT, dos seis Centros de Investigação (CI) em arquitetura e urbanismo de Lisboa e Vale do Tejo e de membros da rede Cohabitar, a reunião na Ordem iniciou a colaboração entre os CI (Rede Tagus) e a Cohabitar, para fomentar uma abordagem inovadora na habitação colaborativa em territórios vulneráveis. A colaboração aprofundou-se: (1) na apresentação dos CI e objetivos comuns; (2) no lançamento das atividades do Grupo Temático de Habitação Colaborativa; (3) na definição de eixos prioritários; (4) no desenho de atividades, incluindo a organização de um ciclo de debates e workshops sobre os temas prioritários.

CONCURSO PARA REABILITAÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL

13 janeiro 2025

Apresentação oficial do projeto

A sede da Ordem dos Arquitetos recebeu a apresentação do vencedor do concurso público de ideias para a reabilitação do Estádio Nacional (EN), atribuído ao projeto coordenado por Manuel Aires Mateus. O presidente da OASRLVT, Pedro Novo, relembrou o objetivo: “modernizar o espaço desportivo e a zona envolvente, capacitando esta infraestrutura para os mais variados eventos. Prevê-se a reabilitação e reorganização do complexo desportivo, somando a construção de novos espaços”. Fernando Gomes, presidente da FPF, afirmou que foi “com sentido de responsabilidade e enorme orgulho que a FPF assumiu a liderança do projeto de reabilitação do EN, em conjunto com as federações de atletismo e de rãguebi.”



2



3



CONCURSO PARA REABILITAÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL

13 - 17 janeiro 2025

Exposição com propostas finalistas

A exposição com as seis propostas finalistas do concurso para a reabilitação do Estádio Nacional, assessorado pelo Serviço de Concursos da OASRLVT, foi inaugurada a 13 de janeiro de 2025, na Galeria da sede da Ordem dos Arquitetos, e pôde ser visitada até 17 do mesmo mês. A proposta vencedora centrou o trabalho na compreensão da topografia, que rendeu ao equipamento “uma notável originalidade e validade patrimonial” internacionais, e criou uma nova cobertura para o conjunto Tribuna de Honra-Colunatas.

ACONTECEU



OASRLVT ASSINA PROTOCOLO COM A ISTRATEGY
21 janeiro 2025

Descontos em produtos informáticos da Apple

A OASRLVT estabeleceu uma parceria com a iStrategy para obtenção de descontos na aquisição de equipamentos informáticos da marca Apple. A parceria abrange arquitetos com inscrição ativa, arquitetos estagiários, titulares dos órgãos sociais e trabalhadores da OASRLVT. As condições incluem campanhas comerciais com o desconto comercial de 10% a 15% para família de produtos Mac (iMac, Mac mini, Mac Studio, MacBook Air e MacBook PRO) e 7% a 9% para família de produtos iPad (iPad 10,9", iPad Air e iPad PRO). iPhones e acessórios não estão abrangidos no presente protocolo.



4 LANÇAMENTO DO SEGUNDO NÚMERO DA REVISTA "INTERSECÇÕES"



21 janeiro 2025

Os desafios da habitação e as soluções cooperativas

O número 2 da revista "Intersecções" ficou disponível: editorial de Alexandra Paio, sobre as estratégias disciplinares da prática profissional que se cruzam para encarar as questões da falta de habitação; a conversa no âmbito da Rede Tagus "Como Morar na Região de Lisboa e Vale do Tejo: Desafios e Perspetivas para a Habitação" foi retomada com excertos da sessão de novembro de 2024; entrevista à vereadora Filipa Roseta; texto de Sara Brysch sobre o cooperativismo em Portugal; roteiro das cooperativas de habitação na AML + o caso da habitação colaborativa em Brejos-Faria Moita (Moisés Rosa com imagens de Carolina Cardoso), entre outros artigos.

5



6

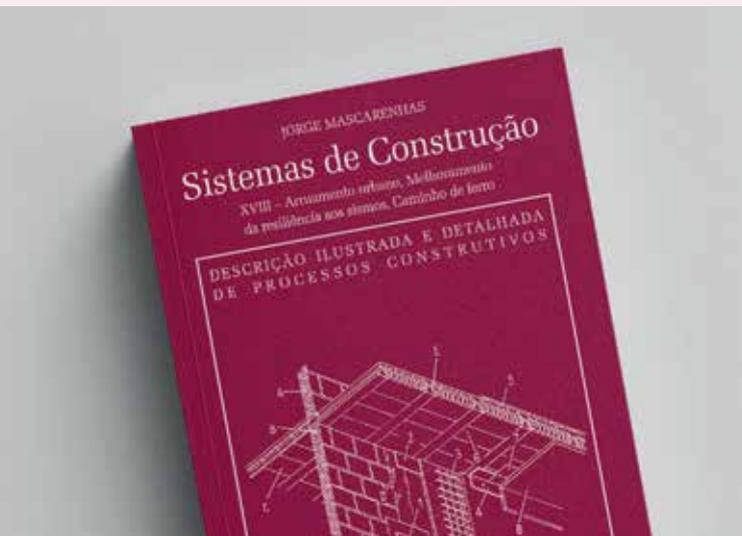


LANÇAMENTO DO LIVRO "5+5 LUPASTUDIO. OBRAS SELECIONADAS 2014-2024"

23 janeiro 2025

Trabalhos e projetos em dois andamentos

O livro do coletivo LUPA Studio (Tiago Botelho Alberto, Pedro Cunha e Gil Sousa Dias) traduz cinco anos de trabalho como profissionais liberais e cinco anos como arquitetos associados, além do empenho em cinco projetos em formato digital e cinco obras construídas ou em construção. No meio-termo do desenho e da experiência acumulada, o LUPAstudio falou da relação com os clientes na procura das soluções arquitetónicas. Sessão organizada pela OASRLVT e Editora Caleidoscópico, com apresentação do arquiteto Carlos Fazenda, presença de Pedro Novo, presidente da OASRLVT, e Jorge Ferreira, editor da Caleidoscópico, no auditório da Ordem bem preenchido.



7 LIVRO “SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO” 30 janeiro 2025

◀◀ **Infraestruturas nas fases de construção, preparação para os sismos no edificado e questões da sustentabilidade e ambiente no transporte ferroviário**

A obra de Jorge Mascarenhas foi apresentada pelo arquiteto Carlos Dias Coelho na Biblioteca da Ordem. Descrevem-se as fases de construção de um arruamento urbano, com as infraestruturas de serviço: gás, águas, esgotos, eletricidade (abastecimento aos edifícios e iluminação), comunicações, entre outras. O autor explica como podem ser preparadas as construções para os casos de sismo, tendo como base as construções de Lisboa.

CERIMÓNIA DE RECEÇÃO AOS NOVOS MEMBROS 6 fevereiro 2025

Homenagem a Nuno Portas marcou a cerimónia

A OASRLVT deu as boas-vindas aos novos membros da Ordem dos Arquitectos no auditório da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, e lançou a reedição fac-símile do livro “A Cidade como Arquitectura” (Livros Horizonte), de Nuno Portas, como forma de homenagear o coautor do projeto da Igreja pelos seus 90 anos de idade. Com a presença dos presidentes da OASRLVT, Pedro Novo, e do CDN, Avelino Oliveira, a homenagem a Nuno Portas ficou a cargo de Nuno Grande, tal como a apresentação do livro. O programa contou com uma conversa com Teresa Nunes da Ponte e Simão Botelho, moderada por Alexandra Paio, e terminou com a entrega de diplomas aos Novos Membros.

8



9 CICLO PRÁTICA PROFISSIONAL | SESSÃO PÚBLICA #1

20 fevereiro 2025

◀◀ **BIM na Contratação Pública**

Foi o tema da sessão inicial deste ciclo, organizada pela OASRLVT. Pretendeu explorar a crescente adoção da metodologia BIM no setor público e aprofundar o impacto na eficiência dos processos de contratação, gestão de projetos e transparência. Com a presença de Susan Cabeceiras, arquiteta, CEO da Konzeptness; Nuno Grave, engenheiro, CEO da NG-Engenharia; António Aguiar Costa, engenheiro, departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do IST; Cristina Alves Pereira, arquiteta, assessora do Gabinete de Vereação Obras e Habitação da Câmara de Lisboa. Moderação de Décio Ferreira, coordenador do Grupo de Trabalho do BIM.



ACONTECEU



10 REUNIÃO DA REDE TAGUS 21 fevereiro 2025

◀◀ **Preparação de mesa-redonda em Évora. Compromisso com habitação cooperativa**

O reforço do compromisso da Rede Tagus na promoção da habitação colaborativa e cooperativa esteve no centro do encontro na Universidade Lusófona.

Os representantes da Rede prepararam a participação no 3.º Encontro “Novas Formas de Viver – Construir Comunidade” (21 e 22 março, Évora). Na reunião, foi referida a exploração de parcerias com entidades públicas e privadas para integrar projetos-piloto e a necessária articulação com movimentos de habitação, cooperativas e redes internacionais.

PRÉMIOS VALMOR 2021-2024 21 fevereiro 2025

Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo integrou trabalhos

O presidente da OASRLVT, Pedro Novo, participou nos trabalhos de identificação e levantamento das obras arquitetónicas concluídas após 2020, e integrou o júri para atribuição dos Prémios Valmor dos anos 2021, 2022, 2023 e 2024. A entrega dos prémios decorreu a 3 de junho.

11



12 “UNIQUE FEMALE VOICES, A TABLE TO SHARE” 8 março 2025

◀◀ **Evento na Roca Lisboa Gallery**

A exposição “Arquitectas da Nossa Casa”, organizada pela Secção Regional do Centro, teve presença em Lisboa, na Roca Lisboa Gallery. A OASRLVT participou num evento paralelo no Dia da Mulher, com a presença da vogal Bruna Reis, que juntou mulheres brilhantes na Arquitetura e Design, numa única mesa para um jantar cheio de energia, honestidade e camaradagem. O evento pretendeu reforçar uma rede vibrante e solidária entre mulheres, através das suas histórias e diferentes experiências, tendo sido comemorado nos restantes Galleries da Roca, nomeadamente Barcelona, Madrid, Londres, Xangai, Pequim e São Paulo, onde reuniu mais de 100 mulheres inspiradoras.





13 EXPOSIÇÃO “UIA FRIENDLY AND INCLUSIVE SPACES AWARDS 2023”

13 março 2024



Inauguração da mostra itinerante, criada a partir do prémio UIA

A OASRLVT inaugurou esta exposição na Galeria da sede da Ordem dos Arquitectos (OA). A partir do prémio da UIA com o mesmo nome, a OA organizou a exposição itinerante, por várias secções regionais. A representante da OA no grupo de trabalho da UIA – Architecture for All – Região 1, Susana Machado, apresentou os dois projetos portugueses distinguidos com menção honrosa: o Centro Equestre Terapêutico Pony Club Porto: Reconversão e Ampliação de um Antigo Complexo Rural (Tiago Reis de Oliveira – [10]dedosvalentes; e os Acessos Mecânicos ao Castelo de Leiria (Vitor Santos Cruz – AMVC | Arquitectos Associados). A exposição pôde ser visitada até 11 de abril.

3.º ENCONTRO “NOVAS FORMAS DE VIVER – CONSTRUIR COMUNIDADE”

21 – 22 março 2025

Rede Tagus participou em mesa-redonda

O presidente da OASRLVT, Pedro Novo, moderou a mesa “Contributos da investigação para o desenvolvimento da nova geração de cooperativas de habitação | Rede Tagus” (21 de março) no encontro organizado pela Rede Co-Habitar, em parceria com a Câmara de Évora e a Secção Regional do Alentejo. Denominada “sessão inversa”, por caber aos investigadores apresentar a cooperativas, autarquias e público soluções para os problemas habitacionais, teve a participação de Alberto Reaes Pinto (CITAD-ULL), Daniel de Jesus (CIAUD – FA ULisboa), Gonçalo Folgado (CEACT – UAL), Joana Lages (DINÂMIA’CET – Iscte) e Jorge Goncalves (CITUA – IST). “Novas Formas de Viver” decorreu no Salão Central Eborense, em Évora.

14



15 REUNIÃO DA REDE TAGUS

28 março 2025



3.º Encontro “Novas Formas de Viver”

A reunião da Rede Tagus na Universidade Lusíada, a convite de Alberto Reaes Pinto, fez o balanço do 3.º Encontro “Novas Formas de Viver – Construir Comunidade”. Sublinhou a consolidação de parcerias entre a academia, a prática profissional e os decisores públicos, integrando temas como a acessibilidade, o envolvimento das comunidades, o financiamento, a gestão, a legislação e a relação com o setor da construção. Foi destacada a necessidade de criar dispositivos e manuais de capacitação para os atores e definidas estratégias para 2025. Reafirmou-se o compromisso da Rede na promoção de processos colaborativos para a construção de soluções habitacionais na região.





REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

“O nosso compromisso com a sustentabilidade é estrutural desde há bastantes anos. A CCDR LVT, I.P. tem trabalhado de forma continuada para garantir que o ordenamento do território incorpora, de forma concreta, os desafios da transição climática e da resiliência urbana”

TERESA MOURÃO DE ALMEIDA, ARQUITETA | PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Por **REDAÇÃO**
Fotos **NUNO ALMENDRA**

Dado o crescimento das necessidades habitacionais e os desafios da habitação acessível na região de Lisboa e Vale do Tejo, como a CCDR LVT está a articular a revisão dos instrumentos de gestão territorial com políticas de habitação? Há novas diretrizes para promover o uso de solos subaproveitados ou reabilitação urbana?

Os processos de revisão dos Planos Diretores Municipais no que se refere ao envolvimento da responsabilidade da CCDR LVT, I.P. já está concluído. Tendo havido a preocupação de não deixar os municípios à mercê das “sanções” previstas nos momentos intermédios do procedimento de adequação ao RJGT, as dinâmicas ocorridas entre 2022 e 2024 centraram-se na emissão dos pareceres finais às propostas apresentadas pelos municípios.

Dito isto, desde sempre que a CCDR LVT, I.P. tem o tema da habitação presente no acompanhamento dos processos de planeamento municipal, e nas áreas onde a pressão demográfica é maior e onde, por acréscimo, também existem competências/responsabilidades específicas do Estado Central.





“... a CCDR LVT, I.P. tem o tema da habitação presente no acompanhamento dos processos de planeamento municipal, e nas áreas onde a pressão demográfica é maior e onde, por acréscimo, também existem competências / responsabilidades específicas do Estado Central.”

Dessa forma, esta é, sem dúvida, uma das nossas prioridades e uma das prioridades da Região. A CCDR LVT, I.P. tem vindo a acompanhar de perto os municípios no processo de revisão e adaptação dos seus planos diretores municipais, de forma a garantir que a resposta às necessidades habitacionais, nomeadamente no acesso à habitação a custos controlados, esteja verdadeiramente integrada na visão territorial de cada município.

Procuramos, sempre, envolver o IHRU nas comissões consultivas de modo a enriquecer o debate e as soluções para esta temática. Infelizmente não existe um grande sucesso no envolvimento desta entidade, provavelmente devido ao acréscimo de desafios que lhe são inerentes, nomeadamente na possibilidade de apoio financeiro que o PRR veio acrescentar.

É neste contexto que a CCDR LVT, I.P. tem procurado incentivar os municípios a utilizar este solo urbano subaproveitado, muitas vezes em zonas já infraestruturadas, e a apostar na reabilitação urbana. Este é também um dos eixos estratégicos da RIS3 Lisboa 2030, que identifica a Inovação Social e Urbana como prioritária no combate às desigualdades territoriais e sociais – e o acesso à habitação digna é central nessa equação.

Por outro lado, também muito através dos contactos/reuniões regulares com os municípios da Região, procuramos sensibilizar para soluções no quadro de operações urbanísticas de privados alocando uma percentagem a fogos destinados a habitação a custos controlados.

De que forma a CCDR LVT está a integrar os princípios do desenvolvimento sustentável no planeamento regional? Existe um plano específico para promover cidades mais resilientes e ecológicas, tendo em conta a pressão urbanística, as alterações climáticas e as diretivas europeias?

O nosso compromisso com a sustentabilidade é estrutural desde há bastantes anos. A CCDR LVT, I.P. tem trabalhado de forma continuada para garantir que o ordenamento do território incorpora, de forma concreta, os desafios da transição climática e da resiliência urbana.

Um dos alertas claros do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) é o impacto da artificialização do solo, nomeadamente em áreas vitais da Estrutura Ecológica Regional – áreas que deveriam ter um papel de suporte à biodiversidade, de conectividade ecológica e de proteção ambiental. Esta situação obriga-nos a atuar com firmeza e a apoiar os municípios na contenção e reconversão destas dinâmicas.

Temos já exemplos inspiradores em curso, como o Parque Verde Azul, que articula três municípios – Sintra, Amadora e Oeiras – e que nasce da ambição de criar infraestruturas verdes metropolitanas. Queremos replicar este tipo de redes verdes em mais áreas, reforçando a funcionalidade ecológica e os serviços dos ecossistemas nas zonas urbanas.

Ainda em razão da aplicação de princípios de desenvolvimento sustentável importa sublinhar a dinamização da Rede Foodlink para a transição alimentar.

Também ao nível da economia circular, desenvolvemos estudos em 2016, 2017 e 2018, que resultaram na agenda regional para uma economia



“A CCDR LVT, I.P. tem vindo a acompanhar de perto os municípios no processo de revisão e adaptação dos seus planos diretores municipais, de forma a garantir que a resposta às necessidades habitacionais, nomeadamente no acesso à habitação a custos controlados, esteja verdadeiramente integrada na visão territorial de cada município.”

circular, abrindo e potenciando sinergias nesta temática, mais tarde, em 2021 integrada no programa regional da política de coesão, Lisboa 2030.

Para além da importância estratégica do tema, importa relevar a dinâmica institucional conseguida, agregando a Academia e múltiplos agentes locais entre empresas, os municípios, num total de 30 entidades, numa prática que se considera virtuosa.

Neste caso atuando sobre dimensões relevantes como: valorização das áreas de produção agrícola e integração no planeamento territorial, circuitos curtos e produção sustentável.

As preocupações da CCDR-LVT nesta matéria são já antigas e importa aqui salientar dois documentos publicados: O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas e Os Serviços de Ecossistemas na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Não havendo nenhuma imposição legal na aplicação destas orientações, entendemos de desenvolver estes exercícios de reflexão contribuindo para o planeamento desenvolvido pelos municípios.

Lisboa e Vale do Tejo enfrentam desafios ambientais significativos na consequência dos projetos estruturantes do novo aeroporto, o traçado da alta velocidade e a terceira travessia sobre o Tejo. Como a CCDR LVT pretende reforçar o seu papel na monitorização e mitigação destes problemas? Há estratégias concretas para melhorar a qualidade ambiental das áreas urbanas envolventes e qual a articulação entre estas infraestruturas e o ordenamento territorial?

Como decorre da Lei, os Planos Regionais de Ordenamento Territorial devem ser revistos, quando se verificam alterações importantes nas infraestruturas do território. Este instrumento regional tem uma função de estruturação e compromisso das várias dinâmicas setoriais, nomeadamente dos investimentos públicos, para que o resultado seja um desenvolvimento integrado entre as demais valências e usos do solo. Inclui por exemplo, áreas transversais, como a preservação dos ecossistemas metropolitanos, a coesão e assimetrias dos territórios, ou mesmo a política de competitividade, algo que não vem associado a numa infraestrutura, mas pode beneficiar fortemente desses investimentos públicos, se assegurada a sua integração.

O Governo anunciou publicamente a criação da Empresa Parque Cidades do Tejo que irá congrega iniciativas em várias dimensões de investimento, de impacto, o que pode constituir uma oportunidade para o desenvolvimento integrado da área metropolitana, além de responder ao desafio concreto de respostas ao nível da habitação.

Ao mesmo tempo, gostaria de assinalar que temos defendido com firmeza o uso sistemático da Avaliação Ambiental Estratégica como ferramenta essencial. A AAE permite exatamente isso: olhar para estas decisões não como investimentos isolados, mas como macroordenadores do território, com implicações ao nível da coesão, da mobilidade, do ambiente e da habitação.

Como a CCDR LVT tem vindo a colaborar com as autarquias para garantir maior eficiência na implementação dos planos urbanísticos? Existe alguma iniciativa para reforçar o papel dos arquitetos e urbanistas no desenvolvimento das políticas públicas locais?

Com toda a franqueza, esta é uma dimensão que me é particularmente próxima. Acredito que os arquitetos e urbanistas devem estar no centro da construção de políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável. E felizmente temos, no atual quadro de financiamento europeu, algumas ferramentas que nos permitem avançar nesse sentido.

Um dos instrumentos que gostaria de destacar são as “Parcerias para a Coesão Urbana”, integradas no Lisboa 2030, que apoia consórcios liderados pelos municípios, mas que envolvem também instituições de conhecimento, associações e empresas, numa lógica de intervenção em áreas obsoletas e reconversão para novas centralidades. Estas operações ligam-se diretamente a setores como a economia verde, circular, azul ou digital — e por isso exigem uma visão urbana sofisticada, como só a arquitetura e o urbanismo podem trazer.

Além disso, o Novo Bauhaus Europeu, que temos vindo a integrar nos nossos programas regionais, representa uma oportunidade real para reforçar a ligação entre sustentabilidade, inclusão e estética, num movimento europeu com enorme potencial de mobilização.

Por fim, acho que estamos num momento certo para começarmos a valorizar e divulgar boas práticas no território, algumas das quais já foram reconhecidas em prémios nacionais e internacionais. A CCDR pode e deve ter um papel ativo na sistematização e promoção dessas práticas, como forma de inspirar novas soluções e capacitar os nossos territórios para responderem melhor aos seus desafios.

A fiscalização do território é um dos grandes desafios na preservação da qualidade urbana e ambiental. Como a CCDR LVT está a reforçar os mecanismos de vigilância e combate às infrações urbanísticas e ambientais? Há planos para tornar os processos mais ágeis e eficazes?

A CCDR LVT, I.P., exerce a ação fiscalizadora no domínio das suas atribuições, previstas no Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, de acordo com a legislação aplicável, nas áreas do ambiente, da conservação da natureza, do ordenamento do território, da agricultura, do cadastro predial e da cultura, tendo em vista o reforço e consolidação da capacidade de intervenção naquelas áreas, a prevenção e o sancionamento de infrações, e a reposição da legalidade.

A fiscalização desenvolve-se de forma sistemática, no cumprimento da obrigação geral de vigilância, com a identificação dos alvos a integrar no Plano Anual de Fiscalização, de acordo com critérios pré-definidos, e de forma pontual em função das denúncias recebidas. Para o efeito, atua em coordenação com outras entidades fiscalizadoras e inspetivas, e em estreita colaboração com as forças de segurança, nomeadamente a GNR e a PSP.

Quanto aos efeitos de avaliação da qualidade do ar, a CCDR LVT, I.P. dispõe de um conjunto de estações de monitorização em funcionamento permanente, distribuídas por quatro zonas homogêneas: “Área Metropolitana de Lisboa Norte” (AML Norte), “Área Metropolitana de Lisboa

Sul” (AML Sul) e “Setúbal” e a zona do “Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal”.

Esta rede é atualmente constituída por 24 estações (EMQA), onde são medidos os poluentes monóxido de carbono, óxidos de azoto, dióxido de enxofre, ozono, partículas PM10 e PM2.5 e benzeno.

Contudo, ainda há muito a fazer pela manutenção e melhoria dos níveis da qualidade do ar. Para responder a este desafio, a CCDR promoveu, em parceria com a FCT, a elaboração de um Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, acompanhado de um programa de execução com medidas concretas, como a criação de zonas de emissões reduzidas (ZER). A articulação com diversos parceiros – municípios, operadores de transportes e entidades metropolitanas (como a CM Lisboa, a Carris, o Metro de Lisboa, a AML, AMT, etc.) – tem sido essencial, e os resultados estão à vista: entre 2018 e 2023 verificou-se uma redução de 24% nas concentrações de NO₂ na estação da Av. da Liberdade, em Lisboa.

Com a recente integração das competências na área da Cultura, que medidas estão a ser planeadas para valorizar o património arquitetónico e promover a identidade cultural dos territórios da região? Como se pretende articular esta nova dimensão com o ordenamento do território e o desenvolvimento urbano?

A passagem das competências da Cultura para as CCDR foi, na minha perspetiva, um passo extremamente positivo. Tornou possível fazer o que já era necessário há muito: ligar diretamente a salvaguarda do património cultural ao ordenamento do território e às estratégias de desenvolvimento urbano.

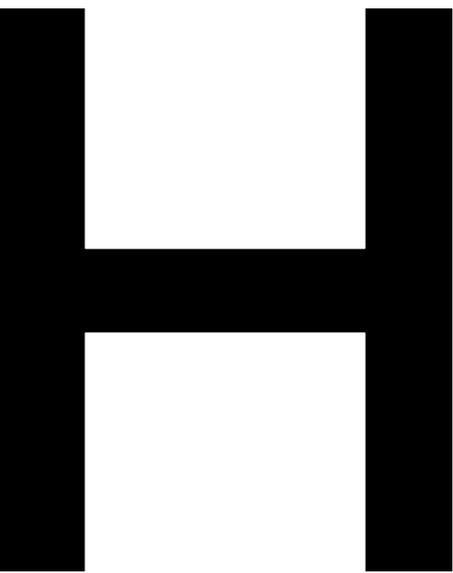
Até aqui, o património participava nestes processos por via externa. Agora é parte integrante da visão territorial que queremos construir. Isto reforça a nossa capacidade de atuação, sobretudo na perspetiva do desenvolvimento sustentável e da valorização da identidade cultural dos territórios, em linha com os princípios da Convenção de Faro.

Prova disso mesmo é o concurso “LVT +Cultura”, que está neste momento a decorrer – já a 2.ª edição – e que espelha bem esta preocupação com os agentes culturais, incluindo os não profissionalizados, da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Temos também já em curso o mapeamento do território cultural da região, que servirá de base a um futuro plano regional de intervenções prioritárias – com foco no património arquitetónico, arqueológico e imaterial.

Gostava ainda de destacar o exemplo da Programação Cultural em Rede, promovida no passado com apoio do Lisboa 2020, que adotou uma abordagem descentralizada e colaborativa da política cultural. É este tipo de modelo que pode inspirar os futuros planos, estratégias e políticas públicas do território.

Por último, uma referência final aos Planos de Pormenor de Salvaguarda. Estes são instrumentos fundamentais para compatibilizar proteção patrimonial com os usos urbanos e permitir até a descentralização do controlo prévio das operações urbanísticas para os próprios municípios, o que é crucial em contextos com forte densidade de património, como é o caso específico da nossa Região.



HABITAÇÃO E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA - MODELOS ALTERNATIVOS PARA LISBOA

Por **SIMÃO BOTELHO**, ARQUITETO
Fotos **NUNO ALMENDRA**



Atualmente, o isolamento social e a solidão afetam todas as faixas etárias de forma significativa¹. Para combater este problema, é essencial que diferentes áreas do conhecimento contribuam com soluções eficazes. Na arquitetura residencial, os modelos habitacionais e o caráter dos espaços comuns desempenham papéis determinantes na promoção ou inibição das relações de vizinhança.

Em Lisboa, os modelos habitacionais vigentes tendem a desencorajar o contacto entre vizinhos. Em geral, os sistemas distributivos dos edifícios são monofuncionais, com escadas, *halls* e corredores reduzidos ao mínimo necessário para a circulação e sem qualidades espaciais que promovam estadias temporárias. Além disso, espaços partilhados para atividades lúdicas, laborais ou tarefas domésticas são escassos ou inexistentes. Assim, perde-se a oportunidade de fortalecer o sentido de comunidade dentro do edifício. Afinal, quantos de nós realmente conhecem os vizinhos das portas ao lado?

A qualificação dos espaços de transição é um primeiro passo para fomentar o encontro entre vizinhos, integrando áreas para estadias temporárias nas zonas de circulação e prevendo transições cuidadas entre os apartamentos, os espaços comuns e o espaço público, de forma a facilitar a interação sem comprometer a privacidade.

No meio urbano, comunidades em diferentes escalas poderão ser articuladas: desde o edifício, com espaços comuns para vizinhos, passando pela rua local, que atende à comunidade mais próxima, até chegar a uma praça central da cidade, onde convergem várias comunidades². No entanto, este modelo é pouco eficaz devido a fatores como a dissociação entre espaços de habitação e trabalho, a prevalência das telecomunicações e a elevada mobilidade urbana, que incentivam o desenvolvimento de comunidades sem referente na vizinhança ou no espaço urbano. O crescimento do teletrabalho, por outro lado, surge como uma oportunidade para robustecer as interações locais, promovendo a permanência dos habitantes nos seus bairros de residência.

Neste contexto urbano e social, novos modelos habitacionais apresentam soluções que contribuem para a coesão comunitária de vizinhança à escala do edifício:

- O **Co-Living** surgiu como resposta a fatores como a afluência de nómadas digitais e a elevada mobilidade laboral. Trata-se de um serviço de aluguer de quartos que oferece áreas comuns partilhadas e eventos organizados como refeições conjuntas, workshops e visitas culturais, com o objetivo explícito de promover o sentido de comunidade. No entanto, com um preço elevado e uma grande rotatividade de moradores, não constitui atualmente uma solução habitacional de longa duração, prevendo estadias médias de alguns meses.

- O modelo de **Apartamentos em Cluster** é semelhante ao Co-Living mas destina-se à habitação permanente e não inclui serviços associados. Consiste em apartamentos partilhados por pessoas singulares e/ou pequenos agregados familiares, incluindo quartos completos (com casa de banho privativa, uma pequena copa e, em alguns casos, um espaço de estar adicional) complementados por áreas comuns





More Than Living,- Planta tipo
© Duplex Architekten

multifuncionais, como cozinha, áreas de lazer, lavandarias e zonas de trabalho. A gestão das diferentes atividades nos espaços comuns é um desafio, uma vez que exige a compatibilização de níveis variáveis de intimidade entre moradores. O projeto *More Than Living* (imagem 1; Duplex Architekten), em Zurique, é um exemplo particularmente relevante, no qual os volumes dos quartos subdividem o espaço comum, criando bolsas interconectadas para diferentes atividades simultâneas.

– O **Co-Housing** é um modelo de habitação permanente onde cada residente ou agregado familiar dispõe de um apartamento privado completo e de acesso a espaços comuns. As atividades domésticas podem ocorrer de forma independente ou no contexto da comunidade do edifício, promovendo o contacto entre vizinhos sem imposição. Este formato vai além da tradicional tipologia “esquerdo-direito”, ao garantir a autonomia dos espaços privados enquanto cria oportunidades de interação social. Um exemplo notável é *La Borda* (imagem 2; Lacol), em Barcelona, um projeto concebido e gerido de forma colaborativa pelos seus habitantes, reforçando os laços comunitários, e que se desenvolve em torno de um pátio coberto – o centro da vida da comunidade.

Estes modelos habitacionais priorizam a qualificação dos espaços de transição e a existência de áreas comuns dedicadas à confeção de alimentos (cozinhas comunitárias), ao tratamento de roupa, ao lazer e ao trabalho (co-working). Dessa forma, possibilitam a redução parcial das áreas privativas, a diminuição dos custos de construção e manutenção, e o fortalecimento das comunidades de vizinhança.

Em Lisboa, o **Co-Living** surgiu nos últimos anos como resposta a demandas do mercado (ex. Co.Lisboa, Outsite), mas as soluções de



“Face à crise de acesso à habitação em Lisboa [...] estes modelos representam opções socialmente relevantes, economicamente viáveis e potencialmente aplicáveis a uma escala mais ampla na cidade.”

La Borda – Planta tipo
© Lacol



habitação permanente de **Apartamentos em Cluster** e **Co-Housing** ainda são escassas. No âmbito do Co-Housing, destacam-se: o Equipamento Intergeracional do Bairro Padre Cruz; projetos promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa ainda não construídos, como o da R. António Couto; e projetos das novas Cooperativas de Habitação, em fases preliminares (ref. Rede Co-Habitar).

Face à crise de acesso à habitação em Lisboa, ao aumento do número de pessoas que vivem sozinhas (35% das habitações são ocupadas por apenas um morador)³ e à frequente falta de contacto entre vizinhos no meio urbano, estes modelos representam opções socialmente relevantes, economicamente viáveis e potencialmente aplicáveis a uma escala mais ampla na cidade.

Referências:

¹ World Health Organization. (n.d.). *Social Isolation and Loneliness*. Retrieved April 3, 2025, from <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/demographic-change-and-healthy-ageing/social-isolation-and-loneliness>

² Gehl, J. (2006). *La Humanización del Espacio Urbano*. Reverté. p. 67

³ Roseta, F., et al. (2023). *Relatório da Carta Municipal de Habitação de Lisboa 2023–2032*. Câmara Municipal de Lisboa. p. 47



AUTORIA DO PROJECTO DE ARQUITECTURA E FISCALIZAÇÃO DA OBRA

Por **JOSÉ SARAIVA DE LEMOS**, ADVOGADO | CONSULTOR JURÍDICO DA SRLVT
Foto **NUNO ALMENDRA**

A

Com frequência é-me colocada a questão relacionada com a possibilidade de o arquitecto responsável pela elaboração do projecto de arquitectura assumir, na correspondente operação urbanística, simultaneamente, a posição de director de fiscalização.

Começemos pelo enquadramento jurídico da questão:

– nos termos do n.º 1 do artigo 16.º Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, na sua redacção actual, o director de fiscalização de obra, com autonomia técnica, está obrigado, designadamente, *a assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projecto de execução e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor (alínea a)), acompanhar a realização da obra com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e*



“... salvo nas situações indicadas como excepção, o arquitecto autor do projecto de arquitectura não pode exercer a função de director de fiscalização da correspondente obra.”

da actuação do director de obra no exercício das suas funções, emitindo as directrizes necessárias ao cumprimento do disposto na alínea a) (alínea b)), comunicar, de imediato, ao dono da obra e ao coordenador de projecto qualquer deficiência técnica verificada no projecto ou a necessidade de alteração do mesmo para a sua correcta execução (alínea e)), e , desempenhar as demais funções designadas pelo dono da obra de que tenha sido incumbido, conquanto as mesmas não se substituam às funções próprias do director de obra ou dos autores do projecto (alínea g));

– por seu turno, o artigo 55.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos (EOA), a propósito dos deveres de isenção, determina na sua alínea c), que o arquitecto deve *abster-se do envolvimento em situações que possam comprometer o desempenho da sua actividade com independência e imparcialidade;*

– finalmente, o Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar da Ordem dos Arquitectos (RDPDOA) estabelece, no seu artigo 5.º, n.º 1, alínea c) que *o arquitecto não deve fiscalizar obras de que tenha sido responsável pela sua concepção arquitectónica, salvo nas situações em que não seja previsível virem a existir conflitos de interesse.*

Ora, desde já, bastaria esta última disposição regulamentar, a cujo cumprimento qualquer arquitecto está obrigado nos termos do artigo 58.º, alínea a) do EOA, para se concluir que, salvo nas situações

indicadas como excepção, o arquitecto autor do projecto de arquitectura não pode exercer a função de director de fiscalização da correspondente obra.

Contudo, tal impossibilidade não resulta apenas desta disposição regulamentar. De facto, as supra citadas alíneas e) e g) do artigo 17.º da Lei n.º 31/2009, na sua actual redacção, apontam exactamente no mesmo sentido. A primeira delas, indiciando que o director de fiscalização poderá ser confrontado com a necessidade de ter de avaliar e reconhecer alguma deficiência técnica no projecto, o que, se este for da sua autoria, o colocaria num evidente conflito de interesses (julgador e julgado); a segunda, determinando que quaisquer funções que o dono da obra atribua ao director de fiscalização não poderão representar a substituição às funções que cabem aos autores do projecto, o que significa que essas duas posições não são conciliáveis.

Gostaria de referir ainda o seguinte acerca deste tema:

Como já se evidenciou, o artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do actual RDPDOA (Regulamento n.º 336/2016, de 30 de Março) comporta uma excepção à impossibilidade de o autor do projecto de arquitectura ser simultaneamente director de fiscalização da correspondente obra: se não for previsível virem a existir conflitos de interesse.

Deve antes de mais assinalar-se que o anterior Regulamento de Deontologia, aprovado em 2001 e que vigorou até 30 de Março de 2016, era mais taxativo, não prevendo no seu artigo 5.º, n.º 5, qualquer situação em que a acumulação das duas funções seria possível.

Com o devido respeito, permito-me declarar que entendo ser esta versão anterior a mais correcta, Na realidade, não só a actual redacção do RDPDOA admite excepções que os princípios estabelecidos na lei, expressa ou implicitamente, não contemplam, como também não se compreende como poderá a acumulação das duas funções ser possível perante uma previsão que, de facto, em abstracto e de boa fé, não pode ser assumida.

Espero que o novo Regulamento que se encontra em preparação contribua para o esclarecimento definitivo desta questão.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.



PROVAVELMENTE, O MAIS ANTIGO PRÊMIO DE ARQUITETURA DO MUNDO?*

Por **JOSÉ MANUEL PEDREIRINHO**, ARQUITETO

Depois de três livros e diversos artigos escritos sobre o Prémio Valmor (PV) tinha prometido a mim próprio não voltar a escrever sobre este assunto. Não podia porém recusar o desafio do Presidente da SRLVT para esta nova revista, das secções da OA, e por isso aqui vão mais alguns apontamentos sobre este tema:

- o PV foi criado por uma dotação testamentária do 2.º Visconde Valmor morto em Paris em 1898;

- foi essa dotação deixada à cidade de Lisboa que permitiu à Câmara Municipal (CM) aprovar em janeiro de 1903 o regulamento do que passou a designar-se de PV;

- curiosamente, o 1.º PV, atual Consulado de Espanha, foi na época distinguido... ilegalmente, porque o júri considerou que não havia nenhuma outra obra de qualidade concluída naquele ano...

- com algumas intermitências, o Valmor é atribuído desde 1902. Primeiro unicamente a um edifício e habitacional, depois alargado a conjuntos, a mais do que um premiado, e a espaços verdes, mas sempre a obras dentro dos limites administrativos da cidade de Lisboa;

- não há candidaturas ao PV, ou seja, todos os edifícios concluídos em cada ano são automaticamente candidatos no ano seguinte. Mas como a seleção dos edifícios que são apresentados ao júri depende dos serviços da CM, sempre houve dúvidas sobre quais os que eram apresentados ao júri: por razões administrativas, por razões políticas nalguns casos, porque não passavam pela apreciação da câmara, ou melhor, podiam não passar, como alguns edifícios do Estado por exemplo. Não é possível saber quantos, mas muitos eram desconhecidos da CM;

- conhecem-se porém alguns casos: o Bloco das Águas Livres, unanimemente considerado uma das obras de mais qualidade feita na cidade nunca foi apresentada ao júri; um outro caso aconteceu em 1983 quando foi recusada pela CM a apresentação de um edifício, pedido por um membro do júri, com a informação que seria apresentado no ano seguinte o que, sabemos, não aconteceu...

- pensado numa época em que os arquitetos



A história do Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura regista episódios de ambiguidade, de esquecimento de nomes e obras relevantes e polémicas acesas, por motivos vários

trabalhavam quase sempre individualmente e as encomendas eram também elas personalizadas, alguns destes critérios perderam hoje parte do seu sentido quando sabemos que são quase inexistentes as encomendas que não tenham origem numa empresa ou grupo muitas vezes bastante despersonalizados, e que mesmo muitos dos gabinetes de projeto tendem para uma dimensão empresarial e coletiva, cada vez mais impessoal;

– ainda assim, mesmo se a distinção do autor faz algum sentido, a do proprietário não tem atualmente qualquer sentido;

De acordo com o regulamento o Valmor distingue o trabalho de um arquiteto mas, também neste aspeto, alguma ambiguidade na atribuição do título profissional – basta ver as revistas que então se publicavam, o modo como muitos profissionais eram de uma ou de outra forma referidos – e também na própria referência do prémio de 1914 um dos autores seja referido como desenhador e outro como condutor de obras públicas. Consequências provavelmente porque ainda não tinham concluído o curso.

– entre os distinguidos com prémios ou menções há vários claramente esquecidos. Uma lista que começa talvez logo com uma das já referidas menções de 1904, no n.º 262 da Av. da Liberdade, mas também o n.º 6 da Sidónio Pais passa muito esquecido, ou o n.º 105 da Artilharia 1. Talvez ainda mais o n.º 53 da Av. E.U.A., ou o n.º 46 da Camilo Castelo Branco, entre muitos outros. Quanto às recentes premiações plurianuais parece-me totalmente desajustada a sua divulgação porque deslocada das razões da sua premiação;

– ao longo dos anos o Valmor já foi, naturalmente, objeto de inúmeras polémicas. A primeira logo em 1905 quando o júri achou que não devia atribuir o prémio mas sim duas menções honrosas e um dos proprietários reclamou por se sentir defraudado dado que tinha escolhido um arquiteto, já premiado, e feito aquele prédio na esperança de o ser de novo ... mas o júri manteve o veredito. Uma outra polémica, mais profissional, mais conceptual e mais política foi a que envolveu a não homologação pela câmara da decisão do júri de 1971, que não aceitou nenhum dos 155 projetos enviados pela CM e propôs a distinção do chamado “Franjinhas” à data concluído, mas que a CM insistia em considerar ainda inacabado. Estávamos nesta situação em finais de 1973 e ela ficou muito naturalmente resolvida alguns meses depois, com o 25 de Abril. Menos interessante, sem dúvida, foi a que

envolveu o prémio de 1984. Teve o mérito de levantar a complexa questão das coautorias que neste caso envolvia sete arquitetos e dois pintores que acabaram todos por ser mencionados;

- a criação do Prémio Municipal de Arquitetura por Duarte Pacheco, em 1943, permite-nos outras reflexões sobre os critérios de atribuição destes prémios, ambos anuais, ambos atribuídos a edifícios, por vezes pelo mesmo júri, uma única vez ao mesmo edifício, a habitação do arquiteto Cristino da Silva, ainda existente. Na maior parte dos outros casos distinguindo com o Prémio Municipal obras de expressão mais moderna do que as que distinguia com o Valmor, sempre sem qualquer justificação;

- foi este Prémio, durante muitos anos inativo, que permitiu, ao Presidente Nuno Abecassis, em 1982, a profunda alteração regulamentar com a junção dos dois prémios e com o pretexto de aumentar o seu valor económico, mas alterando simultaneamente o peso dos representantes do júri, até aí de três membros que passou para cinco e depois para sete, onde a CM é desde então predominante, e os arquitetos minoritários onde já foram a totalidade.

- um edifício ser distinguido com o PV não é, necessariamente, uma salvaguarda, porque tanto pode ficar escondido logo à nascença, como aconteceu com as distinções atribuídas em 1985 e 1987 ambas em espaços institucionais, não públicos; ou pela habitual ausência de qualquer desenho urbano como no caso da moradia distinguida em 1939 que, entre paragens de autocarros e sinaléticas até Venturi, teria muita dificuldade em apreciar qualquer complexidade ou ambiguidade no pouco que dela se vê; ou de uma forma muito mais radical, alterando totalmente os edifícios premiados por vezes logo a seguir a serem distinguidos como aconteceu com os de 1927 ou de 1931, ambos aumentados para o dobro da altura e profundamente alterados em toda a sua organização interior, e pelos mesmos arquitetos que tinham sido premiados;

- alterações muito significativas têm também acontecido nos que estão um pouco mais escondidos, ou menos visíveis, como na moradia distinguida em 1947;

- vários outros têm sido alterados, tão significativamente que estão irreconhecíveis. É portanto muito discutível se deveriam ou não manter o título que os distinguiu e julgo que a CM devia tomar uma posição sobre algumas destas situações: e julgo que há pelo menos três casos muito diferentes, mas exemplares: a) as alterações que desde há muito se verificaram no



A junção dos dois prémios – Valmor e Municipal de Arquitetura – alterou, também, o peso dos representantes do júri, diminuindo a representatividade dos arquitetos/as

Palácio da Cova da Moura, Prémio de 1921, que nos fazem questionar se o que hoje lá está tem alguma coisa a ver com o que foi premiado; b) o mesmo acontece com a moradia premiada em 1928, uma das invisíveis, até porque há vários anos ocupada por uma embaixada, e significativamente alterada na década de 50; c) o caso mais flagrante, já foi referido é o do PV de 1927, edifício fronteiro ao Tivoli do qual apenas resta a porta e uma antiga janela, atual montra de loja daquilo que era a moradia inicialmente premiada, e está atualmete integrada num complexo comercial com mais oito ou dez andares dos quatro que já tinha. Fará algum sentido?

– curiosa a situação de uma moradia demolida na R. Castilho cujo terreno se manteve durante muito tempo desocupado e alguns anos como estacionamento. Este foi o único Prémio Valmor atribuído a Raul Lino e que ele se recusou a receber, razão porque durante muito tempo não constava sequer da lista dos edifícios premiados;

– quanto aos já demolidos, o melhor é consultar a lista atualizada (?) porque embora haja alguma proteção, ... nunca se sabe, mas são muitos. O prémio para a mais resistente ruína é sem dúvida para a que há bem mais de 50 anos se mantém no início da Alameda das Linhas de Torres;

– achei que não devia publicar a localização dos já demolidos: porque já o fiz; porque é óbvia; e também porque vivemos em tempos já suficientemente deprimentes. As razões nunca tiveram nada a ver com a memória da cidade, mas sempre com a pura especulação urbanística;

– uma outra situação geradora de alguma ambiguidade e até injustiças na premiação foi a distinção de um de vários edifícios iguais. Verificada pela primeira vez em 1967 com a distinção de uma das três torres feitas, nos Olivais. A situação repetiu-se com o prémio de 1978 e de novo com o de 1982. Tanto quanto me apercebi, daí para a frente a distinção passou a ser feita em conjuntos, mas nem sempre essa situação é muito clara;

O que sempre me pareceu particularmente interessante, quando no final dos anos 1970 me comecei a interessar pelo estudo do PV foi também a simplicidade e clareza com que ele estava pensado: premiar: o projetista, obrigatoriamente arquiteto, numa altura em que a profissão estava ‘apenas’ a definir a sua própria autonomia, e o proprietário responsável pela encomenda da obra.

Tudo isto definido em 1897. O júri, pensado quando em 1902 se definiu o regulamento, era igualmente

simples, três membros, todos arquitetos, um em representação da associação profissional, outro da escola onde eram formados, o terceiro da Academia de Belas Artes. Uma estrutura tão simples que assim se manteve em funcionamento até 1982.

O Prémio podia ser atribuído a “casa nova ou restauração de edifício velho”, e no texto do testamento, refletindo os gostos da época, apontava-se que este deveria ter “uma estrutura arquitetónica clássica grega ou romã, grega, ou romã gótica ou do renascimento”, ao que foi acrescentado no regulamento que seria aprovado em 1902, a hipótese de “um estilo genuinamente português”, assim convencidos de que os edifícios teriam “um estilo digno de uma cidade civilizada como Lisboa”.

Contemporâneo da criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, não há dúvida que o PV teve grande importância na divulgação da arquitetura e na pedagogia da qualidade do trabalho dos arquitetos e todos os principais arquitetos portugueses tiveram numa ou noutra fase obras distinguidas com o Prémio, muito principalmente aqueles que trabalharam sobretudo em Lisboa, com destaque para Ventura Terra e Norte Júnior nas primeiras décadas e Pardal Monteiro e depois Nuno Teotónio Pereira até aos inícios do século XXI. Mais recentemente, a multiplicidade dos nomes e a variedade das obras é o reflexo da relação entre as duas dezenas de arquitetos do início do século XX e os mais de 35.000 membros da atual OA.

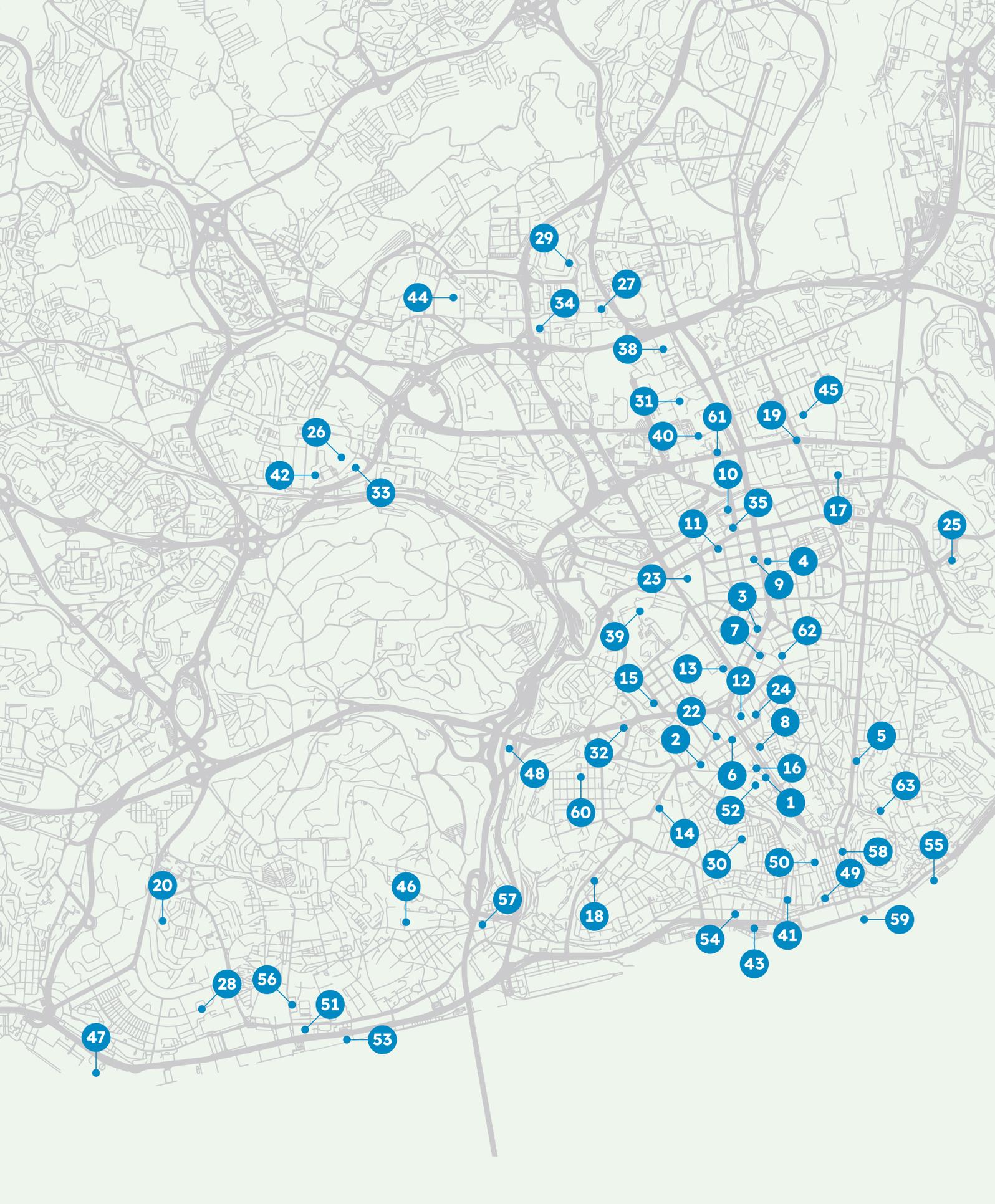
E isso também poderia ajudar na dignificação de um prémio com a longevidade do Valmor que faz dele, tanto quanto sei, o prémio de arquitetura¹, mais antigo da Europa e, penso, que do mundo. Só por si é razão importante para a salvaguarda do seu prestígio.

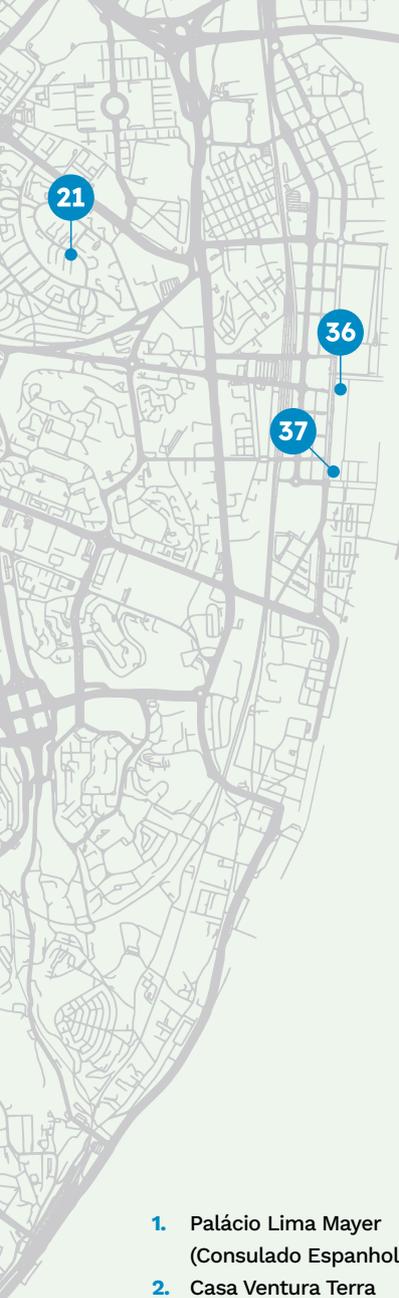
* Não tenho 100% a certeza desta afirmação, mas não tenho conhecimento de nenhum outro prémio.

¹ Destinado a premiar periodicamente e em continuidade o autor do edifício.

Por uma questão de gestão de espaço da revista, mas também de impossibilidade de manter a necessária atualização deste tipo de informação, recomendamos a consulta da informação da CM Lisboa com as fichas de todas as obras distinguidas com o Prémio Valmor. Esta informação já esteve mais atualizada, apresenta agora algumas falhas, mas ainda é a mais completa:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_vencedores_dos_Pr%C3%A9mios_Valmor_e_Municipal_de_Arquitectura





1. Palácio Lima Mayer
(Consulado Espanhol)

2. Casa Ventura Terra

3. Casa Malhoa

4. Casa Viscondes de Valmor

5. Edifício 1908

6. Edifício na R. Alexandre Herculano

7. Moradia na Av. Fontes

Pereira de Melo

8. Edifício na Av. da Liberdade

9. Edifício na Av. da República

10. Moradia na Av. 5 de Outubro

11. Igreja de Nossa Senhora do Rosário
de Fátima

12. Edifício do Diário de Notícias

13. Edifício na Av. António

Augusto de Aguiar

14. Moradia na Av. Pedro

Álvares Cabral

15. Edifício na R. Artilharia 1

16. Cinema São Jorge

17. Bairro das Estacas

18. Conjunto Habitacional

da Infante Santo

19. Conjunto Habitacional da Av. dos

Estados Unidos da América

20. Edifício na R. Almirante

António Saldanha

21. Edifício na R. General Silva Freire,

Cooperativa “O Lar Familiar”

22. Edifício “Franjinhas”

23. Fundação Calouste Gulbenkian

24. Igreja do Sagrado Coração de Jesus

25. Conjunto Habitacional

Quinta das Olaias

26. Escola Secundária de Benfica

27. Conjunto Habitacional no Lumiar

28. Instituto Jacob Rodrigues Pereira

29. Conjunto Habitacional

R. Professor Queiroz Veloso

30. Residências do Príncipe Real

31. Instituto de Educação e Faculdade

de Psicologia

32. Complexo das Amoreiras

33. Escola Superior de Comunicação

Social

34. Edifício K2

35. Banco Nacional Ultramarino

36. Pavilhão de Portugal

37. Pavilhão do Conhecimento

38. Edifício C8 – Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa

39. Reitoria da Universidade Nova
de Lisboa

40. Edifício II do Iscte

41. Terraços de Bragança

42. Escola Superior de Música de Lisboa

43. Estação Metropolitana e Ferroviária
do Cais do Sodré

44. Escola Secundária Vergílio Ferreira

45. Escola Secundária Rainha D. Leonor

46. Escola Básica de Francisco Arruda

47. Fundação Champalimaud

48. Ampliação da ETAR de Alcântara

49. Museu do Dinheiro

50. Terraços do Convento do Carmo

51. Museu Nacional dos Coches

52. Alteração do Cineteatro Capitólio

53. MAAT – Museu de Arte, Arquitectura
e Tecnologia

54. Edifício-sede da EDP

55. Terminal de Cruzeiros de Lisboa

56. LU.CA – Teatro Luís de Camões

57. Palacete Condes Burnay

58. Reabilitação de Edifício

de Habitação e Comércio

59. Reabilitação da Estação Sul

e Sueste

60. Edifício na R. Francisco Metrass

61. Reabilitação de edifício para
instalação do Centro de Valorização e

Transferência de Tecnologias (ISCTE)

62. Requalificação e ampliação da

Escola Secundária de Camões

63. Funicular da Graça

UM ROTEIRO DO PRÉMIO VALMOR E MUNICIPAL DE ARQUITETURA



1

PALÁCIO LIMA MAYER (CONSULADO ESPANHOL)

Ano: 1902 | **Uso:** Habitação

Autor: Nicola Bigaglia (1841-1908)

Promotor: Adolfo de Lima Mayer

Localização: Av. da Liberdade / R. do Salitre

Prémio para o edifício de um arquiteto italiano radicado em Portugal, Nicola Bigaglia, mandado construir pelo empresário Adolfo Lima Mayer. Na esquina para a R. do Salitre, destaca-se pelo estilo revivalista. A propriedade incluía um grande jardim, vendido mais tarde para edificar o grande parque de diversões de Lisboa.



2

CASA VENTURA TERRA

Ano: 1903 | **Uso:** Habitação

Autor: Miguel Ventura Terra (1866-1919)

Promotor: Miguel Ventura Terra

Localização: R. Alexandre Herculano, 57

O arquiteto e proprietário foi galardoado com uma obra de “decoração sóbria, vãos esguios com persianas articuladas de recolha lateral” e um distintivo “friso superior de azulejos pintados no estilo Arte Nova”.



3

CASA MALHOA

Ano: 1905 | **Uso:** Habitação / Ateliê

Autor: Manuel Norte Júnior (1878-1962)

Promotor: José Malhoa (pintor)

Localização: Av. 5 de outubro, 6-8

A Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, que se destaca na zona do Saldanha pela grande janela de iluminação do ateliê, mandado construir pelo pintor José Malhoa, é influenciada pela Arte Nova, nomeadamente nas serralharias dos muros, varanda e portões e nas decorações de azulejos dos frisos. O imóvel foi adquirido pelo colecionador António Anastácio Gonçalves, que a doou ao Estado (1969), abrindo como Casa-Museu em 1980. Os arquitetos Frederico e Pedro George realizaram obras de ampliação e beneficiação em 1996.



4

CASA VISCONDES DE VALMOR

Ano: 1906 | **Uso:** Habitação

Autor: Miguel Ventura Terra (1866-1916)

Promotor: Viscondessa de Valmor

Localização: Av. da República, 38

Novo projeto de Miguel Ventura Terra que, de acordo com o júri, possui uma “(...) perspectiva agradável do cruzamento de duas artérias (...)”. Realça ainda “(...) a boa e lógica proporção (...)” das suas formas, revestida pela pedra em tons claros e pelos motivos Arte Nova.



5 EDIFÍCIO 1908

Ano: 1908 | **Uso:** Habitação / Ateliê
Autor: Arnaldo R. Adães Bermudes (1864-1948)
Promotor: Guilherme Augusto Coelho
Localização: Av. Almirante Reis, 2-2K

O edifício de gaveto com decoração Arte Nova foi o primeiro imóvel de rendimento a ser premiado. Com projeto de Adães Bermudes, destacam-se os elementos em ferro, painéis de azulejo e a cúpula que remata o edifício. É atualmente um hotel.



6 EDIFÍCIO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO

Ano: 1911 | **Uso:** Habitação
Autor: Miguel Ventura Terra (1866-1919)
Promotor: António Tomás Quartim
Localização: R. Alexandre Herculano, 25-25A

Também de Ventura Terra, este projeto distingue-se pelo “nobre estilo” de inspiração parisiense, incorporando um estudo aturado de elementos estruturais e decorativos, “integrados e distribuídos numa harmonia estética notável”. O proprietário era António Tomás Quartim, político e homem de negócios luso-brasileiro.



7 MORADIA NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO

Ano: 1914 | **Uso:** Habitação
Autor: Manuel Norte Júnior (1878-1962)
Promotor: José Marques
Localização: Av. Fontes Pereira de Melo, 28

A moradia unifamiliar na Av. Fontes Pereira de Melo pertenceu ao negociante José Maria Marques e é sede do Metropolitano de Lisboa. Construída entre 1911 e 1915, o edifício de planta quadrada organiza-se em quatro pisos, com cave e mansarda. Apresenta uma “exuberante frente de rua de gosto eclético, que se prolonga em torno do gaveto alcançando o corpo lateral da casa, rasgada por um conjunto de janelas e repleta de elegantes elementos decorativos.”



8 EDIFÍCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE

Ano: 1915 | **Uso:** Habitação
Autor: Manuel Norte Júnior (1878-1962)
Promotor: Domingos da Silva
Localização: Av. da Liberdade, 206-218; R. Rodrigues Sampaio, 27-35

O edifício com uma implantação pouco usual, com frente para duas ruas paralelas, foi destacado pelo júri pela “importante composição e opulência decorativa”. O projeto de Manuel Norte Júnior espelha os desígnios da Arte Nova, com o alçado principal revestido inteiramente com placagem de cantaria, organizando-se em seis pisos, juntando-se-lhe os ferros e vidros. O piso térreo é ocupado por áreas comerciais, com vãos correspondentes a portas inscritas em arcos de volta perfeita.



9

EDIFÍCIO NA AVENIDA DA REPÚBLICA

Ano: 1923 | **Uso:** Habitação

Autor: Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)

Promotor: Luís Rau

Localização: Av. da República, 49

Valmor para um edifício de residencial multifamiliar com projeto da autoria de um dos arquitetos da nova geração, Pardal Monteiro, mandado construir pelo comerciante Luís Rau. Possui uma rica ornamentação e varandas corridas que pontuam a fachada principal.



10

MORADIA NA AVENIDA 5 DE OUTUBRO

Ano: 1929 | **Uso:** Moradia Unifamiliar (habitação)

Autor: Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)

Promotor: Félix Lopes

Localização: Av. 5 de Outubro 207-215

Com uma “linguagem” *Art déco*, o edifício foi considerado “um belo exemplar da arquitetura moderna, impondo-se pelo equilíbrio das suas proporções, pela harmonia da sua decoração”. É das poucas moradias da época que se mantém praticamente sem alterações.



11

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA

Ano: 1938 | **Uso:** Equipamento Religioso

Autor: Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)

Promotor: Patriarcado de Lisboa

Localização: Av. Marquês de Tomar / Av. de Berna

Primeiro edifício não destinado a habitação distinguido com o Prémio Valmor, foi um projeto realizado para a Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento de São Julião. É a única igreja modernista de Lisboa e um dos mais interessantes edifícios de caráter religioso, construído em betão armado com uma nave central com arcos ogivais. Contou com a participação de artistas plásticos, entre os quais Almada Negreiros (vitrais), Francisco Franco (escultura do Apostolado na fachada) e Leopoldo de Almeida (imagens de Nossa Senhora de Fátima e São João Batista).



12

EDIFÍCIO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Ano: 1940 | **Uso:** Serviços e Indústria

Autor: Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)

Promotor: Empresa Nacional de Publicidade

Localização: Av. da Liberdade, 266

Projeto para a Empresa Nacional de Publicidade, de estética modernista, concebido para alojar a administração, a redação e as instalações industriais do jornal. Destacam-se na fachada para a Av. elementos da linguagem moderna, como a iluminação fluorescente (no grande letreiro) e o uso de elementos gráficos no edifício; uma torre facetada encimada por um farol (que se acendia à noite); e o corpo do grande hall para o público, com três murais de Almada Negreiros. É um edifício de apartamentos.



13

EDIFÍCIO NA AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR

Ano: 1943 | **Uso:** Habitação

Autor: Miguel Simões Jacobetty Rosa (1901-1970)

Promotor: Adriano da Costa Carvalho

Localização: Av. António Augusto de Aguiar, 9

O edifício de habitação que recebeu o Valmor em 1943 marcou, também, a primeira vez em que foi entregue o Prémio Municipal de Arquitetura. Integrado “no conjunto de prédios típicos da arquitetura do Estado Novo, traduz o estilo nacionalista do regime, evidenciando uma fachada grande com uma frente seguida, uniforme e geométrica, a duas cores, que conjuga uma racionalidade e monumentalidade modernas, por um lado, e uma arquitetura tradicional, por outro”.



14

MORADIA NA AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL

Ano: 1944 | **Uso:** Habitação

Autor: Luís Cristino da Silva (1896-1976)

Promotor: Luís Ribeiro C. Cristino da Silva

Localização: Av. Pedro Álvares Cabral, 67

Nova estreia: pela primeira vez, o Prémio Valmor e o Prémio Municipal de Arquitetura distinguem o mesmo edifício. O projeto de Cristino da Silva para casa e ateliê apresenta “uma volumetria densa e pesada e simplicidade decorativa.”



15

EDIFÍCIO NA RUA DE ARTILHARIA 1

Ano: 1949 | **Uso:** Habitação

Autor: João Simões

Promotor: Companhia de Seguros Sagres

Localização: R. de Artilharia 1, 105-105C

O Prémio Valmor foi atribuído a um edifício de habitação com o piso térreo ocupado por estabelecimento comercial num projeto do arquiteto João Simões para a Companhia de Seguros Sagres. Segue referências “da arquitetura da arquitetura do Estado Novo, cruzando modelos do século XVIII com a arquitetura tradicional portuguesa.”



16

CINEMA SÃO JORGE

Ano: 1950 | **Uso:** Equipamento (cinema)

Autor: Fernando Silva (1914-1983)

Promotor: Sociedade Anglo-Portuguesa de Cinemas

Localização: Av. da Liberdade, 175

Considerado uma novidade na arquitetura de Lisboa, está situado no quarteirão que contacta com a R. do Salitre e a Travessa da Horta da Cera. A estrutura reflete a história da Av. da Liberdade e a “sobrevivência ou obliteração da estrutura viária periférica de Lisboa”. Na entrada da Av. desenvolve-se uma escadaria que oferece um foyer para as salas de projeção. Foi sujeito a alterações estruturais que procuraram responder às “exigências da distribuição cinematográfica e da gestão de públicos.”



17

BAIRRO DAS ESTACAS

Ano: 1954 | **Uso:** Habitação

Autor: Ruy Jervis Athougúia (1917-2006) e Sebastião Formosinho Sanches (1922-2004)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Localização: R. Bulhão Pato, 2-14

Uma das mais inovadoras experiências que aplicou os princípios do urbanismo da Carta de Atenas (1933) foi concretizada nesta encomenda da Câmara de Lisboa. A sua implantação decorreu da alteração de dois quarteirões previstos no “Plano de Urbanização do sítio de Alvalade”. É um conjunto de blocos, paralelos entre si e perpendiculares ao eixo viário, assentes sobre “pilotis” que permitiram a criação de uma extensa superfície verde e a separação de percursos de passeio e deslocação.



18

CONJUNTO HABITACIONAL DA INFANTE SANTO

Ano: 1956 | **Uso:** Habitação

Autor: Alberto José Pessoa (1919-1985), Hernâni Guimarães Gandra (1914-1988) e João Abel Manta (n. 1928)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Localização: Av. Infante Santo, 70-70P

Série de blocos de apartamentos cujo projeto ensaia a aplicação dos novos princípios da Carta de Atenas. Adapta à topografia de Lisboa um modelo ideal de cidade, com edifícios assentes sobre pilares e elevados sobre o terreno, isolados, orientados para o sol e perpendiculares aos eixos viários. “A sua morfologia e o modo como emprega as potencialidades do betão armado evidenciam uma aproximação aos ‘Cinco pontos para uma nova arquitetura’ de Le Corbusier.



19

CONJUNTO HABITACIONAL DA AVENIDA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Ano: 1957 | **Uso:** Habitação

Autor: Manuel Laginha (1919-1985), Pedro Cid (1925-1983) e João de Barros Vasconcelos Esteves (1924-2014)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Localização: Av. dos Estados Unidos da América, 12-40A

A longa série de blocos perpendiculares ao eixo viário e o conjunto assente sobre pilotis demonstram como os projetistas estavam a desenvolver os princípios da cidade em movimento, as plataformas ajardinadas e os percursos pedonais. O promotor foi a Câmara de Lisboa.



20

EDIFÍCIO NA R. ALMIRANTE ANTÓNIO SALDANHA

Ano: 1962 | **Uso:** Habitação

Autor: Francisco Keil do Amaral (1910-1975)

Promotor: Ernesto da Silva Brito

Localização: R. Almirante António Saldanha, 44

Francisco Keil do Amaral é distinguido com o Prémio Valmor pelo projeto de uma pequena moradia no Restelo, adequada ao declive do terreno, que revela cuidado com os pormenores e com a escolha dos materiais.

“Notam-se influências de arquitetura nortenha” quanto ao tratamento das coberturas e o desenho de formas simples e equilibradas características do trabalho do arquiteto.



21

EDIFÍCIO NA RUA GENERAL SILVA FREIRE / COOPERATIVA “O LAR FAMILIAR”

Ano: 1967 | **Uso:** Habitação

Autor: Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e António Pinto Freitas (1925-2014)

Promotor: Sociedade Cooperativa “O Lar Familiar”

Localização: R. General Silva Freire, 55-55A (Olivais Norte)

O prémio gerou discussão por ter sido atribuído a um imóvel com traça igual à de cinco edificadas na mesma zona. A escolha recaiu neste porque completou a sua construção no ano em causa. Edifício de oito pisos, em que os apartamentos surgem estruturados em torno de uma zona de escadas muito ampla, ascensor e patim, no sentido de favorecer a permanência e sociabilização entre os moradores. Nas zonas das escadas e no exterior evidencia-se um tratamento escultórico, com motivos em baixo-relevo.



22

EDIFÍCIO “FRANJINHAS”

Ano: 1971 | **Uso:** Serviços e Habitação

Autor: Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e João Braula Reis (1927-1989)

Promotor: Nuno Franco de Oliveira

Localização: R. Braancamp, 9

Já deve estar esquecido que o projeto da autoria de Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis foi um dos prémios mais polémicos de sempre. Chamado “Franjinhas” por causa do do esquema adotado como proteção solar das janelas, o júri destacou nele a extrema qualidade e a “posição corajosamente polémica que o edifício assume no panorama da edificação urbana”.



23

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Ano: 1975 | **Uso:** Equipamento / Serviços

Autor: Ruy Jervis Athouguaia (1917-2006), Alberto Pessoa (1919-1985), Pedro Cid (1925-1983), Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) e António Viana Barreto (1924-2012)

Promotor: Fundação Calouste Gulbenkian

Localização: Av. de Berna

Um complexo que interliga jardins, espaços arquitetónicos e serviços, pelo meio dos quais as pessoas circulam sem barreiras, em trajetos amenos, em que a arte de caminhar se faz da tranquilidade e da diversidade espacial, como se os organismos vivos estivessem em plena contemplação e convivência uns com os outros. Foi a primeira vez que o prémio foi atribuído a um conjunto que incluía, além do edificado, o espaço exterior de enorme valor paisagístico.



24

IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Ano: 1975 | **Uso:** Equipamento Religioso

Autor: Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Nuno Portas (n. 1934)

Promotor: Patriarcado de Lisboa

Localização: R. Camilo Castelo Branco

Da autoria de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, pertencente ao Patriarcado de Lisboa, o edifício destaca-se pelo tratamento dos espaços de circulação e pela vontade de se relacionar com a malha urbana: o percurso que liga a R. Camilo Castelo Branco a outra muito desnivelada da anterior, integra-se nos diversos espaços do próprio edifício.



25

CONJUNTO HABITACIONAL QUINTA DAS OLAIAS

Ano: 1982 | **Uso:** Habitação

Autor: Tomás Taveira (n. 1938)

Promotor: Fernando Martins

Localização: R. Eng. Arantes e Oliveira, 4-4A

Apenas atribuído em 1984, foi a primeira obra distinguida com um novo regulamento em vigor. Ao destaque que a Encosta das Olaias ganha em relação ao restante tecido urbano, respondeu o projetista Tomás Taveira com uma arquitetura de formas e cores exuberantes e uma implantação bastante compacta disposta ao longo das vias.



26

ESCOLA SECUNDÁRIA DE BENFICA

Ano: 1982 (Menção Honrosa) | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: Raul Hestnes Ferreira (1931-2018), Jorge Gouveia (n. 1945)

e José Teixeira

Promotor: Ministério da Educação

Localização: R. Professor José Sebastião e Silva

Atualizou a polémica entre uma arquitetura de grande visibilidade pela cor, forma e dimensão urbana e outra, dita mais ponderada. Possui cinco corpos diferentemente alongados e uma “enorme clareza compositiva garantida pela utilização de geometrias elementares, transporta para o exterior uma imagem forte com uma dimensão que confere ao conjunto monumentalidade”.



27

CONJUNTO HABITACIONAL NO LUMIAR

Ano: 1985 | **Uso:** Habitação

Autor: Sérgio Menezes de Melo (1934-2017)

Promotor: Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

Localização: R. Professor Francisco Gentil, 6-6E e 8-8E

Distinguido conjuntamente com o edifício do Crédit Franco-Portugais (Eduardo Paiva Lopes e Manuel Silva Fernandes), o conjunto habitacional do Lumiar, de Sérgio Menezes de Melo, caracteriza-se por um grande conjunto urbano, com vários edifícios e áreas comerciais. Obra de iniciativa camarária promovida pela extinta EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa).



28

INSTITUTO JACOB RODRIGUES PEREIRA

Ano: 1987 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: Rui de Sousa Cardim (1932-2025)

Promotor: Casa Pia de Lisboa

Localização: R. D. Francisco de Almeida, 1

Equipamento educativo “de caráter excepcional, pelo tipo de pessoas a que se destina.” Segundo o júri “integra-se perfeitamente no conjunto pela função que desempenha como centro para deficientes, pelo cuidado posto na conceção dos espaços interiores e por se tratar de um projeto de equipamento público notável”. Uma das principais obras de referência da década de 80 do século XX.



29

CONJUNTO HABITACIONAL RUA PROFESSOR QUEIROZ VELOSO

Ano: 1989 | **Uso:** Habitação

Autor: Duarte Nuno Simões (1930-2021), Maria do Rosário Venade (n.1938), Maria Teresa Madeira da Silva (n. 1960), Nuno da Silva Araújo Simões (n.1962) e Sérgio Almeida Rebelo (n.1962)

Promotor: Cooperativa Cooiciclo

Localização: R. Professor Queiroz Veloso, 2-38

Foi o primeiro a receber o Prémio como conjunto, já que até então era atribuído a um dos edifícios, mesmo que pertencesse a um complexo. São 30 moradias em banda implantadas em 3.300 m². Harmonizou-se o espaço privado familiar com o espaço público, criando um território intermédio. Disposto em três bandas paralelas às ruas, deixa o espaço interior do quarteirão livre para o convívio dos habitantes.



30

RESIDÊNCIAS DO PRÍNCIPE REAL

Ano: 1990 | **Uso:** Habitação

Autor: João Paiva Raposo de Almeida (1928-2020), Pedro Lancastre Ferreira Pinto (n. 1939) e Pedro Emaz e Silva

Promotor: SINVAC Sociedade de Investimentos Imobiliários e Industriais Lda.

Localização: R. do Século, 107, R. da Academia das Ciências, 2, e Trav. da Horta, 2-6

Reorganizou o espaço de um dos antigos palacetes existente na zona, aproveitando volumetrias de edifícios preexistentes, reformulando-as e ampliando-as, e tratando o conjunto como um condomínio fechado. O júri justificou a decisão pela “qualidade de integração [do projeto] nas respetivas malhas urbanas (...) [e por introduzir] de uma forma sensível novos valores numa zona antiga da cidade de Lisboa”.



31

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E FACULDADE DE PSICOLOGIA

Ano: 1991 | **Uso:** Equipamento Universitário

Autor: Manuel Tainha (1922-2012)

Promotor: Universidade de Lisboa

Localização: Alameda da Universidade

Com projeto de Manuel Tainha para a Universidade de Lisboa, o edifício relaciona-se com a grande alameda e com a (pequena) antiga R. do Malpique, resolvendo a relação entre os eixos de modo a organizar os dois espaços, a partir de entradas/fachadas diferentes.



32

COMPLEXO DAS AMOREIRAS

Ano: 1993 | **Uso:** Habitação, Comércio e Serviços

Autor: Tomás Taveira (n. 1938)

Promotor: Empreendimento Urb. Torres das Amoreiras, Lda., Mundicenter-Soc. Imobiliária SA e LONLIS- Emp. Imobiliários Amoreiras SA

Localização: Av. Duarte Pacheco, lotes 7-7A

Referência na cidade, marcante para o debate arquitetónico. O centro comercial ocupa um embasamento comum às três torres e a um quarto edifício na zona sul do lote. As vistas, a orientação solar, as tipologias e os enquadramentos urbanos foram determinantes para o posicionamento desses elementos. É um dos pontos mais altos de Lisboa, a 174 metros de altura, e junta ao centro comercial três torres de escritórios com 20 mil metros quadrados e um conjunto habitacional com 115 fogos.



33

ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ano: 1993 (Menção Honrosa) | **Uso:** Equipamento Universitário

Autor: João Luís Carrilho da Graça (n. 1952)

Promotor: Instituto Politécnico de Lisboa

Localização: R. Carolina Michaelis de Vasconcelos

Remete para uma perspetiva crítica do modernismo e para as linhas de investigação que percorrem as obras do projetista. O território surge como base de leitura em que o projeto se ancora e sobre o qual se revela. Seleccionada por concurso público, “é uma obra que reinventa o lugar, articulando dimensões espaciais conflituosas. Com implantação sobre linha de cumeeira, o espaço é pensado para as suas funções, e uma praça permite que salas e gabinetes se abram à luz e ao silêncio. Cria um diálogo com a via rápida adjacente, através do desenho dos dois corpos ortogonais”.



34

EDIFÍCIO K2

Ano: 1994 | **Uso:** Habitação

Autor: João Ângelo Paciência (n. 1943)

Promotor: Habiparque – Cooperativa de Habitação CRL.

Localização: R. Professor Cavaleiro Ferreira, 4, e R. José Escada, 3

Um projeto de João Paciência para a Habiparque – Cooperativa de Habitação foi distinguido pelo júri devido à “aplicação da cultura e *praxis* arquitetónica num programa habitacional, normalmente espalhado por regulamentos e pressões diversas” e pelo “notável discurso com inovação, plasticidade, rigor e criatividade”.



35

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Ano: 1994 (Menção Honrosa) | **Uso:** Serviços

Autor: Tomás Taveira (n. 1938)

Promotor: Banco Nacional Ultramarino

Localização: Av. 5 de Outubro, 176

O edifício de escritórios com frente predominante e tratamento da esquina distinto da restante composição, integra-se na corrente “free style”, caracterizada pela mistura de várias linguagens. Neste caso, através dos coroaamentos de tipo egípcio ou dos volumes neomodernistas do remate da galeria, definidos por um espetro de cor forte e extenso.



36

PAVILHÃO DE PORTUGAL

Ano: 1998 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Álvaro Siza Vieira (n. 1933)

Promotor: Parque Expo S.A.

Localização: Alameda dos Oceanos, lote 2.12.01

O edifício de dois corpos separados por uma junta de construção (a célebre ‘pala’), projetado por Álvaro Siza Vieira, recebeu o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura em 1998, *ex aequo* com outras duas intervenções no Parque Expo: Pavilhão do Conhecimento dos Mares e Espaço Público do Parque Expo 98.



37

PAVILHÃO DO CONHECIMENTO

Ano: 1998 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: João Luis Carrilho da Graça (n. 1952)

Promotor: Parque Expo S.A.

Localização: Largo José Mariano Gago, 1

Foi, de início, o Pavilhão do Conhecimento dos Mares para a Expo' 98, hoje parte da Rede Nacional de Centros Ciência Viva. Um dos pavilhões mais visitados da Exposição Mundial, desenhado à semelhança de um navio, em betão branco e com um espaço interior de exposição em dois pisos e um grande volume vertical, recorda a ponte de um barco. À entrada, desenha-se uma rampa que lhe confere a função institucional, enquanto a madeira dos tetos exteriores lembra a construção naval.



38

EDIFÍCIO C8 – FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ano: 2000 | **Uso:** Equipamento Universitário

Autor: Gonçalo Byrne (n. 1941)

Promotor: Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa

Localização: Cidade Universitária, Campo Grande

O Prémio Valmor coube ao Edifício C8 Departamento de Física e Química da Faculdade de Ciências, projeto de Gonçalo Byrne para a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Implantado em contexto pouco definido, contribuiu para caracterizar o espaço urbano envolvente e as relações do próprio conteúdo com o dos edifícios e espaços públicos circundantes, segundo a memória descritiva.



39

REITORIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Ano: 2002 | **Uso:** Equipamento

Autor: Manuel Aires Mateus (n. 1963) e Francisco Aires Mateus (n. 1964)

Promotor: Universidade Nova de Lisboa

Localização: Campus de Campolide

Num promontório junto a uma das principais entradas de Lisboa, integrado no Campus de Campolide, o edifício dialoga com o antigo Colégio dos Jesuítas, implantando-se perpendicularmente a ele e permitindo uma nova dimensão do conjunto. “A construção (...) da mesma altura do colégio de três pisos” desenha “a fachada em pedra branca de forma a não permitir a leitura dos seus muitos níveis. (...) Sob esta praça, os espaços representativos são esculpidos recorrendo à sobreposição dos três níveis”. (Memória Descritiva)



40

EDIFÍCIO II DO ISCTE

Ano: 2002 | **Uso:** Equipamento Universitário

Autor: Raul Hestnes Ferreira (1931-2018)

Promotor: Iscte

Localização: Cidade Universitária

Projeto de Raul Hestnes Ferreira para a Universidade Nova de Lisboa, o edifício constituía a última fase do Complexo Iscte na área da Cidade Universitária. “Na ausência dum plano para a expansão da instituição (...) processou-se em função dos programas, áreas de implantação e meios disponíveis, tendo em conta as exigências da instituição e a época da execução de cada projeto (...) em que foi dominante a utilização do betão armado” (memória descritiva).



41

TERRAÇOS DE BRAGANÇA

Ano: 2004 | **Uso:** Habitação e Comércio

Autor: Álvaro Siza Vieira (n. 1933)

Promotor: Imopólis – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.

Localização: R. do Alecrim, 26-30E; R. António Maria Cardoso, 1-5

Resolveu um vazio de cinco mil metros quadrados numa zona histórica entre duas vias paralelas com grande desnível (R. do Alecrim e R. António Maria Cardoso) e um elemento de grande valor patrimonial (Muralha Fernandina). São cinco blocos de habitação, escritórios e comércio, em harmonia com a envolvente. Vãos em consonância com os edifícios vizinhos, um piso extra bem enquadrado, pedra lioz no embasamento, azulejos azuis nas fachadas e logradouros que proporcionam o recolhimento.



42

ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA DE LISBOA

Ano: 2008 | **Uso:** Equipamento Universitário

Autor: João Luís Carrilho da Graça (n. 1952)

Promotor: Instituto Politécnico de Lisboa

Localização: Campus de Benfica do Instituto Politécnico de Lisboa

João Luís Carrilho da Graça trabalhou a escala urbana, implantando um grande volume num contexto suburbano desqualificado, outorgando ao edifício uma clareza de organização e dimensão dos espaços coletivos que remetem para o usufruto público. Neste ano, o Prémio Valmor foi atribuído *ex aequo* à Estação Metropolitana e Ferroviária do Cais do Sodré (Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho).



43

ESTAÇÃO METROPOLITANA E FERROVIÁRIA DO CAIS DO SODRÉ

Ano: 2008 | **Uso:** Transportes

Autor: Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Pedro Viana Botelho (n. 1948)

Promotor: Metropolitano de Lisboa

Localização: Cais do Sodré

A partir de “um programa de extraordinária complexidade”, segundo o júri, os projetistas propuseram um espaço público cómodo que satisfaz as exigências funcionais e serve de suporte à Arte Pública, com os gigantes painéis azulejares, atuando como instrumento de ligação da cidade ao rio e fornecendo à Av. 24 de Julho “uma fachada dinâmica pela transparência que permite a percepção da dinâmica ferroviária”.



44

ESCOLA SECUNDÁRIA VERGÍLIO FERREIRA

Ano: 2011 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: Ateliê Central – José Martinez Silva (n. 1966) e Miguel Beleza (n. 1966)

Promotor: Parque Escolar

Localização: R. do Seminário, Quinta dos Inglesinhos

Constituída por blocos descaracterizados e dispersos pelo terreno, inserida num bairro de ambiente “degradado”, e escola foi reabilitada entre 2009 e 2011. O projeto centrou-se na criação de uma nova identidade através da reabilitação e reorganização dos blocos existentes, redesenhando a sua imagem exterior, na busca por um sentido de unidade e harmonia. Introduziu-se um novo edifício de entrada, um volume em betão aparente de cor branca, com escala referenciada à cidade, criando um limite para a escola.



Pedro Novo

45 ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA DONA LEONOR

Ano: 2011 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: Ateliê dos Remédios – Arquitectura e Renovação Urbana, Lda – Francisco Teixeira Bastos (n.1963) e Madalena Cardoso de Menezes (n.1969)

Promotor: Parque Escolar

Localização: R. Maria Amália Vaz de Carvalho

O Liceu, inicialmente feminino, surgiu no contexto de um plano para construção de 16 liceus no país. A intervenção do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário incluiu a modernização infraestrutural e tecnológica. Foram construídos um campo desportivo coberto e uma sala polivalente. Um bloco avançado em betão armado branco, apoiado em pilotis, definiu uma praça coberta para entrada principal, receção e circulação.



Departamento e Marca e Comunicação da Câmara Municipal de Lisboa

46 ESCOLA BÁSICA DE FRANCISCO ARRUDA

Ano: 2011 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: José Neves (n. 1963)

Promotor: Parque Escolar

Localização: Calçada da Tapada, 152

É do início da década de 1950 e situa-se no limite entre a cidade estabilizada e a Tapada da Ajuda. Destinada ao ensino inicial de rapazes nas áreas Comercial ou Industrial, sofreu obras de requalificação em 2009-2010. “Os edifícios originais, à volta de um pátio, pareciam construídos em tempos diferentes. O projeto continuou essa ideia – sentem-se os (...) momentos da sua construção, mas os vários elementos estão em sintonia e respondem com uma mesma forma de pensar às diferentes etapas e necessidades do edifício”.



Nuno Almendra

47 FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD

Ano: 2011 (Menção Honrosa) | **Uso:** Equipamento de Saúde

Autor: Charles Correa (1930-2015), João Pedro Fernandes Abreu (n.1970) e Paulo Daniel Amorim Teixeira (n.1975)

Promotor: Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud

Localização: Av. de Brasília

Com grande impacto paisagístico, trabalha a continuidade e a indefinição entre espaços público e privado através de uma área aberta para a frente de rio. Centro médico, científico e tecnológico com clínica oncológica e laboratórios de investigação, no edifício principal, e auditório, restaurante, centro de exposições e anfiteatro ao ar livre. O lioz nos paramentos e pavimentos exteriores unifica o conjunto e introduz uma interpelação das dimensões humanas.



Departamento e Marca e Comunicação da Câmara Municipal de Lisboa

48 AMPLIAÇÃO DA ETAR DE ALCÂNTARA

Ano: 2013 | **Uso:** Equipamento Industrial

Autor: Frederico Valsassina (n. 1955), Manuel Aires Mateus (n.1963) e João Ferreira Nunes, arquiteto paisagista (n.1960)

Promotor: Simtejo-Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão SA.

Localização: Av. de Ceuta

Com uma cobertura ajardinada que promove a preservação ambiental, albergando os serviços de funcionamento da Estação, incluindo a sala de monitorização, a sede da empresa e as zonas de circulação e de apoio. Com cerca de dois hectares, integra a obra na paisagem circundante, prolongando as encostas verdes do vale e ajudando a diminuir o impacto do complexo. No telhado, há dezenas de espécies de plantas, com um sistema de rega que parte da água reciclada.



49

MUSEU DO DINHEIRO

Ano: 2014 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Gonçalo Byrne (n.1941) e João Pedro Falcão de Campos (n.1961)

Promotor: Banco de Portugal

Localização: Largo de São Julião

Ocupa a antiga Igreja de São Julião e remata um quarteirão da baixa pombalina ao pé dos Paços do Concelho. A forma eclesiástica sobressai no exterior e no interior. Como igreja insolitamente transformada em Museu do Dinheiro, reflete uma riqueza espacial, material e funcional. Todo o conjunto pertence desde a década de 1930 ao Banco de Portugal, tendo a igreja sido dessacralizada e convertida em instalações de serviços. Após as obras de reabilitação e restauro (2009-2012), a igreja passou a funcionar como espaço cultural aberto à comunidade.



50

TERRAÇOS DO CONVENTO DO CARMO

Ano: 2015 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Álvaro Siza Vieira (n. 1933) e Carlos Castanheira (n. 1957)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Localização: Travessa Dom Pedro de Menezes

A obra concluiu o Plano de Recuperação da Zona, na sequência do grande incêndio (1988). O conjunto descobre o que estava escondido, e os terraços, só conhecidos do Atlas Topográfico de Lisboa de 1856, de Filipe Folque, aparecem. Vence-se o desnível, com descida à R. do Carmo ou à R. Garrett desde o Largo do Carmo, por meio de rampas, escadas e por elevador público, incluído na recuperação do Edifício Leonel.



51

MUSEU NACIONAL DOS COCHES

Ano: 2015 (Menção Honrosa) | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), MMBB, Arquitetos Lda., Ricardo Bak Gordon (n. 1967) e João Ferreira Nunes, arquiteto paisagista (n.1960)

Promotor: Direção Geral do Património Cultural (DGPC)

Localização: Av. da Índia, Praça Afonso de Albuquerque e R. da Junqueira

Formado por dois volumes levantados do chão, o menor, mais transparente e assente sobre uma estrutura em betão aparente. A sul, o maior, opaco, limita uma praça na continuação da Av. da Índia que se relaciona com o piso térreo do museu, revelando o antigo limite do cais da Alfândega Velha. Uma ponte pedonal e ciclável e pilares em betão atravessa o corpo norte e estabelece um novo eixo de ligações, da R. da Junqueira até à estação de comboios de Belém e ao rio.



52

ALTERAÇÃO DO CINETATRO CAPITÓLIO

Ano: 2016 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Alberto Souza Oliveira (n. 1945)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Localização: Travessa do Salitre, 35 – Parque Mayer

O velho Capitólio do Parque Mayer, desenhado por Luís Cristino da Silva e inaugurado em 1931, foi requalificado com projeto de Alberto Souza Oliveira. Integra um dos principais locais da vida boémia lisboeta entre as décadas de 20 e 70 do século XX, tendo observado um acentuado declínio a que a intervenção da Câmara de Lisboa começou a pôr fim.



Nuno Almendra

53

MAAT – MUSEU DE ARTE, ARQUITECTURA E TECNOLOGIA

Ano: 2016 (Menção Honrosa) | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Amanda Levet (n. 1955)

Promotor: Fundação EDP

Localização: Av. Brasília

De perto podemos percorrer a cobertura, o interior e cruzar a linha de comboio através da ponte pedonal. Ao longe, emerge a frente de rio. Juntamente com a Central Tejo, constitui um novo polo cultural em Belém. A chegada ao edifício é protagonizada pelos reflexos da luz natural e da água, nas peças cerâmicas de grande dimensão que cobrem grande parte das superfícies exteriores. A fluidez de circulações e permanências no seu interior reflete-se na estrutura e no desenho do espaço.



Departamento e Marca e Comunicação da Câmara Municipal de Lisboa

54

EDIFÍCIO-SEDE DA EDP

Ano: 2017 | **Uso:** Serviços

Autor: Manuel Aires Mateus (n. 1963) e Francisco Aires Mateus (n. 1964)

Promotor: EDP

Localização: Av. 24 de Julho, 12

Projeto de Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus, tornou-se um edifício emblemático de Lisboa. As preexistências e o aterro conquistado à água ditaram a implantação dos corpos edificados, perpendiculares ao rio, e a criação de uma praça para espaço público. “O desenho mutável dos volumes varia com a luz, penumbra ou sombra, e os espaços de trabalho são protegidos com pátios em diferentes pisos, estando as funções públicas na praça horizontal.”



Departamento e Marca e Comunicação da Câmara Municipal de Lisboa

55

TERMINAL DE CRUZEIROS DE LISBOA

Ano: 2017 | **Uso:** Serviços

Autor: João Luís Carrilho da Graça (n. 1952)

Promotor: LCP – Lisbon Cruise Port e a APL – Administração do Porto de Lisboa

Localização: Av. Infante Dom Henrique

Passados 75 anos da inauguração da Doca de Alcântara, o novo terminal vem atualizar os serviços de apoio aos grandes navios de passageiros e trazê-los ao centro do turismo da cidade. Motivou a reorganização da zona ribeirinha entre a Praça do Comércio e Santa Apolónia, como forma de desenhar a entrada de Lisboa por mar. Apresenta um edifício concebido como um volume simples e levantado do chão, respondendo ao desejo de libertar a área envolvente para o público em geral e de elevar o novo espaço público, transformado num terraço/miradouro.



Fernando Guerra | FG+SG

56

LU.CA – TEATRO LUÍS DE CAMÕES

Ano: 2018 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Manuel Graça Dias (1953-2019) e Egas José Vieira (n. 1962)

Promotor: Lisboa Ocidental SRU

Localização: Calçada da Ajuda, 80

A profunda intervenção de requalificação do LU.CA – Teatro Luís de Camões, nomeadamente na caixa de palco e zonas administrativas, da autoria de Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, mereceu o prémio deste ano. Inaugurado em 1880, terá sido construído, de acordo com alguns investigadores, sobre estruturas do Teatro de Belém que remontaria a uma época prévia ao terramoto de 1755.



João Peleteiro

57

PALACETE DOS CONDES BURNAY

Ano: 2019 | **Uso:** Equipamento Cultural

Autor: Margarida Grácio Nunes (n.1953)

Promotor: Lisboa Ocidental SRU

Localização: Calçada da Tapada, 35-37

Localizada no Palacete dos Condes de Burnay, edifício do século XIX, a reabilitação integral da Biblioteca de Alcântara é um projeto de Margarida Grácio Nunes, com especial atenção para as memórias de uma parte da cidade conotada com a força do operariado e a conspiração contra a monarquia (foi um dos centros republicanos de Lisboa).



Francisco Nogueira

58

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO

Ano: 2020 | **Uso:** Habitação

Autor: José Adrião (n.1965)

Promotor: Pedro Ramos e Maria Eugénia Ocantos

Localização: R. dos Douradores, 186

O prémio foi atribuído à obra de reabilitação de um edifício da Baixa Pombalina, na Rua dos Douradores, n.º 186, com fins habitacionais e comerciais.



Josefa Searle

59

REABILITAÇÃO DA ESTAÇÃO SUL E SUESTE

Ano: 2021 | **Uso:** Serviços

Autor: Ana Costa (n. 1960)

Promotor: Turismo de Lisboa

Localização: Avenida Infante Dom Henrique 1B

A reabilitação da Estação, construída entre 1929-1931 para a ligação fluvial à estação ferroviária do Barreiro, foi idealizada para enriquecer as atividades marítimas e turísticas e beneficiar o transporte entre as duas margens do Tejo. Projetada por Cottinelli Telmo, foi requalificada pela neta, Ana Costa. Monumento de Interesse Público, é constituída por um único pavimento, em três corpos. No hall, dispõe de painéis de azulejos policromados de brasões de várias cidade. Nas duas salas de espera existem silhares de azulejos policromados.



Jose Manuel Rodrigues

60

EDIFÍCIO NA RUA FRANCISCO METRASS

Ano: 2022 | **Uso:** Habitação

Autor: João Pedro Falcão de Campos (n. 1961)

Promotor: Maria do Carmo Vilar Leite de Castro de Quintana

Localização: Rua Francisco Metrass, 60

A equipa de Falcão de Campos criou, na extremidade norte da Rua Francisco Metrass, um desenho que mantém a unidade com a altura dos restantes imóveis do bairro (Campo de Ourique), construindo cinco pisos de habitação, que captam a luz em vários momentos do dia pela sua obliquidade, além de um piso de entrada e garagem. São as formas oblíquas da fachada que tornam notável o edifício, projetando cada habitação para a rua e salvaguardando, ao mesmo tempo, a intimidade dos habitantes.



61

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS (ISCTE)

Ano: 2023 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: Bernardo Pizarro Miranda (n. 1963), Pedro Luz Pinto (n. 1971) e Susana Rego (n. 1991)

Promotor: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Localização: Avenida das Forças Armadas, 40

Reabilitado a partir das antigas instalações do IMT, reúne as unidades de pesquisa e transferência de conhecimento antes dispersas. Assenta no aproveitamento da implantação original, recuada relativamente à avenida e no aproveitamento da estrutura dos edifícios. Foi ampliado com a criação de um novo piso e com preocupações ambientais.



62

REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES

Ano: 2024 | **Uso:** Equipamento Escolar

Autor: João Pedro Falcão de Campos (n. 1961)

Promotor: Construção Pública E.P.E.

Localização: Praça José Fontana

A requalificação deste imóvel exemplar da arquitetura liceal era há muito pedida. O edifício distingue-se pela funcionalidade técnica e pela adequação às práticas pedagógica e higienista de inícios do século XX. É constituído por uma planta regular simétrica em tridente de dois pisos, composta pela fachada principal, dois corpos laterais, e um central, paralelo a estes, confinando dois vastos espaços abertos destinados a recreio. Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura *ex aequo* com a construção do Funicular da Graça.



63

CONSTRUÇÃO DO FUNICULAR DA GRAÇA

Ano: 2024 | **Uso:** Serviços

Autor: João Favila Menezes (n. 1966)

Promotor: EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa

Localização: Rua dos Lagares

O elevador que une a Graça à Mouraria teve como referência o elevador da Bica. Na cota baixa, na continuidade da Rua dos Lagares, está a “porta pública” que permite a ligação entre a rua e o funicular através de um edifício “gare”. A cabine é desenhada a partir de um eixo que divide a zona opaca, onde se encontram as duas portas, uma de emergência e uma para o público, da outra, transparente, que põe o olhar dos passageiros virado para o interior da Cerca do Convento ao longo do trajeto. O Funicular retoma o caminho do elevador da Graça (1893-1904).



LEVE ESTE ROTEIRO CONSIGO

Fontes:

Câmara Municipal de Lisboa/Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura/
Lista das atribuições do Prémio Valmor
<https://www.lisboa.pt/temas/urbanismo/premios-valmor>

Open House Lisboa
<https://www.trienaldelisboa.com/ohl/>

LISTA DOS PRÉMIOS VALMOR E MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE 1902 A 2024

- 1902** › [PV] Palácio Lima Mayer
1903 › [PV] Casa Ventura Terra
1904 › [PV] Não atribuído
› [MH] Casa Lambertini
› [MH] Av. da Liberdade, 262-264
1905 › [PV] Casa Malhoa
1906 › [PV] Casa Viscondes de Valmor
1907 › [PV] Casa Empis ♦
1908 › [PV] Av. Almirante Reis, 2-2K
› [MH] Av. da República, 36 ♦
1909 › [PV] Palacete Mendonça ♦
› [MH] Palacete do Conde de Agrolongo
› [MH] R. Tomás Ribeiro ♦
› [MH] Av. Duque de Loulé, 72-74 ♦
- 1910** › [PV] Av. Fontes Pereira de Melo, 30-30B ♦
1911 › [PV] R. Alexandre Herculano, 25
1912 › [PV] Villa Sousa
› [MH] Pç. Duque de Saldanha, 12 /
Av. Praia da Vitória, 44
1913 › [PV] Av. da República, 23
› [MH] Casa Pratt
1914 › [PV] Av. Fontes Pereira de Melo, 28
› [MH] R. Pascoal de Melo, 5-7 /
R. António Pedro, 113 ♦
› [MH] R. Cidade de Liverpool, 16 ♦
› [MH] Campo Grande, 382
1915 › [PV] Av. da Liberdade, 206-218
1916 › [PV] R. Tomás Ribeiro, 58-60
1917 › [PV] R. Viriato, 5
1918 › [PV] Não atribuído
1919 › [PV] Av. Duque de Loulé, 47 ♦
- 1920** › [PV] Não atribuído
1921 › [PV] Palácio da Cova da Moura
1922 › [PV] Não atribuído
1923 › [PV] Av. da República, 49
1924 › [PV] Não atribuído
1925 › [PV] Não atribuído
1926 › [PV] Não atribuído
1927 › [PV] Pensão Tivoli ♦
1928 › [PV] Palacete Vale Flor ♦
1929 › [PV] Av. 5 de Outubro, 207-215
- 1930** › [PV] R. Castilho, 64-66 ♦
› [MH] Av. da República, 54 ♦
1931 › [PV] R. de Infantaria 16, 92-94
1932 › [PV] Não atribuído
1933 › [PV] Não atribuído
1934 › [PV] Não atribuído
1935 › [PV] Não atribuído
1936 › [PV] Não atribuído
1937 › [PV] Não atribuído
1938 › [PV] Igreja de Nossa Senhora
do Rosário de Fátima
- 1939** › [PV] Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 52
1940 › [PV] Edifício do Diário de Notícias
1941 › [PV] Não atribuído
1942 › [PV] R. da Imprensa, 25
1943 › [PV] Av. Sidónio Pais, 6
› [PMA] Av. António Augusto de Aguiar, 9
(Primeira distinção com o Prémio
Municipal de Arquitetura)
1944 › [PV]/[PMA] Av. Pedro Álvares Cabral, 67
(Primeira distinção do Prémio Valmor
e do Prémio Municipal de Arquitetura
para o mesmo edifício)
1945 › [PV] Av. Sidónio Pais, 14
› [PMA] Pç. Duque de Saldanha, 31
1946 › [PV] Av. Casal Ribeiro, 12
› [PMA] R. Dom Francisco de Almeida, 9
1947 › [PV] R. São Francisco Xavier, 8
› [PMA] Av. Sidónio Pais, 16
1948 › [PV] Não atribuído
1949 › [PV] R. Artilharia 1, 105
› [PMA] Largo de Andaluz, 15
- 1950** › [PV] R. Duarte Pacheco Pereira, 37
› [PMA] Cinema São Jorge
1951 › [PMA] Av. Dom Vasco da Gama, 2
1952 › [PV] Av. do Restelo, 23-23A
1953 › [PV] Não atribuído
1954 › [PMA] Bairro das Estacas
1955 › [PV] Não atribuído
1956 › [PMA] Conjunto Habitacional
na Av. Infante Santo, 70-70P
1957 › [PMA] Conjunto Habitacional da Av.
Estados Unidos da América, 12-40 A
1958 › [PV] Edifício dos Laboratórios Pasteur
1959 › [PV] Não atribuído
- 1960** › [PV] Não atribuído
1961 › [PV] Não atribuído
1962 › [PV] R. Almirante António Saldanha, 44
1963 › [PV] Não atribuído
1964 › [PV] Não atribuído
1965 › [PV] Não atribuído
1966 › [PV] Não atribuído
1967 › [PV] R. General Silva Freire, 55-55 A
1968 › [PV] Não atribuído
1969 › [PV] Não atribuído
- 1970** › [PV] Edifício América
1971 › [PV] Edifício "Franjinhas"
1973 › [PV] Não atribuído
1974 › [PV] Não atribuído
1975 › [PV] Jardins e espaço arquitetónico
da Fundação Calouste Gulbenkian
› [PV] Igreja do Sagrado Coração de Jesus
1976 › [PV] Não atribuído
- 1977** › [PV] Não atribuído
1978 › [PV] R. Maria Veleda, 2-4
› [MH] Edifício de escritórios
na R. Doutor António Cândido, 10-10-B
› [MH] R. João Bastos, 6-6A
1979 › [PV] Não atribuído
- 1980** › [PV] Edifício de escritórios
na R. Castilho, 223-233A
1981 › [PV] Não atribuído
1982 › [PVMA] Conjunto Habitacional
Quinta das Olaias
(Primeira obra a ser distinguida com
a denominação conjunta dos dois
prémios anteriores Prémio Valmor
e Municipal de Arquitetura, segundo
o regulamento datado de 1984, com
atribuição retroativa)
› [MH] Esc. Sec. de Benfica
1983 › [PVMA] Não atribuído
› R. da Senhora do Monte, 46
1984 › [PVMA] Edifício do Banco FONSECAS
& Burnay
› [MH] Conjunto de Blocos Habitacionais
Gemini
1985 › [PVMA] Edifício do Banco Crédito
Franco-Português
› [PVMA] Conjunto habitacional no Lumiar
› [MH] Inst. Nac. de Engenharia
e Tecnologia Industrial
› [MH] Estrada do Poço do Chão, 38
› [MH] Recuperação de uma moradia
no Largo da Oliveirinha n.º 4-4B
1986 › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Conjunto Habitacional
na R. Francisco Gentil, 32-38A
1987 › [PVMA] R. Dom Francisco de Almeida, 1
› [MH] Conjunto habitacional na R. Diogo
Silves, 18 (Bloco A8)
› [MH] Recuperação de um prédio
de habitação no Largo do Rilvas, 1-1A
› [MH] Prédio de habitação
da R. dos Navegantes, 38-38B
1988 › [PVMA] Edifício do Lloyds Bank
› [MH] Residência Paroquial
de São Tomás de Aquino
na R. Ginestal Machado, 13
› [MH] R. Gonçalo Nunes, 31-45
› [MH] R. João Dias, 15
1989 › [PVMA] Conjunto habitacional na R.
Professor Queiroz Veloso, 2-38
› [MH] R. Professor Mark Athias, 4-6
› [MH] R. do Quelhas, 48

- 1990** › [PVMA] Residências do Príncipe Real
› [MH] Prédio de habitação e escritórios na Av. 5 de Outubro, 250
- 1991** › [PVMA] Instituto de Educação e Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa
› [MH] Av. Maria Helena Vieira da Silva, 14
- 1992** › [PVMA] Não atribuído
- 1993** › [PVMA] Complexo das Amoreiras
› [MH] Esc. Sup. de Comunicação Social
› [MH] Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial
- 1994** › [PVMA] Edifício K2
› [MH] Edifício do BNU na Av. 5 de Outubro, 176
- 1995** › [PVMA] Não atribuído
- 1996** › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Edifício da Companhia de Seguros Metrópole na R. Barata Salgueiro, 41
- 1997** › [PVMA] Edifício Bagatela
› [MH] Edifício Administrativo da Parque Expo
- 1998** › [PVMA] Pavilhão de Portugal
› [PVMA] Pavilhão do Conhecimento dos Mares
› [PVMA] Espaço Público da Parque Expo 98
› [MH] Oceanário e Edifício de Apoio
› [MH] Pavilhão Multiusos
› [MH] Edifício Vitória Seguros
- 1999** › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Faculdade de Medicina Veterinária
- 2000** › [PVMA] Edifício C8 - Faculdade de Ciências da Univ. de Lisboa
› [MH] Edifício de Escritórios na Av. Torre de Belém, 17-19
- 2001** › [PVMA] Edifício Atrium Saldanha
- 2002** › [PVMA] Edifício da Reitoria da Univ. Nova de Lisboa
› [PVMA] Edifício II do Iscte
› [MH] Edifício Picoas Plaza
- 2003** › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Reversão de um quarteirão para a Companhia de Seguros Império
› [MH] Projeto “Alcântara-Rio/ Reversão de um quarteirão da antiga Fábrica da União”
- 2004** › [PVMA] Terraços de Bragança
› [PVMA] Complexo de Hotel, Serviços, Congressos “Art/s Business & Hotel Centre”
› [PVMA] Qualificação da Entrada Norte de Lisboa
- 2005** › [PVMA] Edifício-sede da Vodafone
› [PVMA] Parque Urbano Quinta das Conchas
- 2006** › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Edifício de habitação, comércio e serviços no Parque das Nações
› [MH] Edifício de serviços na Av. da Liberdade, 136-136B
› [MH] Edifício de habitação e comércio na R. Rodrigo da Fonseca, 21-21C
- 2007** › [PVMA] Estação de Metro do Terreiro do Paço
› [PVMA] Hospital da Luz
› [MH] Calçada da Tapada, 43
› [MH] R. das Janelas Verdes, 3-3B
› [MH] R. do Quelhas, 14
- 2008** › [PVMA] Esc. Sup. de Música de Lisboa
› [PVMA] Estação Metropolitana e Ferroviária do Cais do Sodré
› [MH] R. da Amendoeira 9-15
› [MH] Requalificação e Ampliação da Esc. Secundária Dom Dinis
› [MH] Casa Ronald Mcdonald no Largo do Conde Pombeiro, 15-15A
- 2009** › [PVMA] Edifício do Banco Mais na Av. 24 de Julho
› [MH] Edifício dos Estúdios da RTP
› [MH] Centro Português de Design
› [MH] Travessa da Oliveira à Estrela, 12-12A
› [MH] Edifício de habitação e serviços na R. do Mar da China
- 2010** › [PVMA] Alteração de edifício de habitação na Calçada do Combro 125-129
› [MH] Esc. Básica e Secundária de Passos Manuel
› [MH] Ampliação de edifício de habitação na Calçada do Galvão, 39-39A
- 2011** › [PVMA] Esc. Sec. Vergílio Ferreira
› [PVMA] Esc. Sec. Rainha D. Leonor
› [PVMA] Esc. Básica de Francisco de Arruda
› [MH] Alteração de edifício de habitação na R. de São Bento, 235-239
› [MH] Fundação Champalimaud
› [MH] Edifício de Equipamento Coletivo (Expansão do Oceanário de Lisboa)
› [MH] Esc. Sec. António Damásio
- 2012** › [PVMA] Não atribuído
› [MH] Edifício de Habitação, situado na R. Conde das Antas, 56-56B
› [MH] Ampliação de edifício de habitação na R. Rosa Araújo, 49-49B
- 2013** › [PVMA] Ampliação da ETAR de Alcântara incluindo a nova cobertura
› [MH] Edifício de serviços na R. Laura Ayres, 3
› [MH] Construção do edifício de habitação na R. Teófilo Braga, 32
› [MH] Alteração de edifício para Casa da Severa
- 2014** › [PVMA] Alteração do Banco de Portugal | Museu do Dinheiro
› [MH] Travessa do Patrocínio, 5
› [MH] Recuperação e Valorização do Museu do Teatro Romano
- 2015** › [PVMA] Alteração dos Terraços do Convento do Carmo
› [MH] R. Dom Francisco de Almeida, 4
› [MH] Museu Nacional dos Coches
- 2016** › [PVMA] Alteração do Cineteatro Capitólio
› [MH] Alteração do Centro Comercial Caleidoscópio
› [MH] MAAT | Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia
- 2017** › [PVMA] Edifício-Sede da EDP
› [PVMA] Terminal de Cruzeiros de Lisboa
› [MH] Alteração do Palacete de Santa Catarina
› [MH] Construção do edifício Lisbon Stone Block
- › [MH] Alteração de edifício para Casa em Alfama
› [MH] Recuperação e valorização do Largo de Santos e vias adjacentes
- 2018** › [PVMA] Reconstrução do antigo Teatro Luís de Camões LU.CA
› [MH] Requalificação do Largo da Igreja da Memória
› [MH] Alteração de edifício de Habitação e Comércio
- 2019** › [PVMA] Reabilitação do antigo Palacete dos Condes de Burnay para instalação da Biblioteca de Alcântara
› [MH] Construção de edifício de habitação na Costa do Castelo, 58
› [MH] Edifício da Redbridge International School
- 2020** › [PVMA] Reabilitação de edifício de habitação e comércio na R. dos Douradores, 186
› [MH] Reabilitação da Casa Fernando Pessoa
› [MH] Calçada do Marquês de Abrantes, 65-67A
- 2021** › [PVMA] Reabilitação da Estação Sul e Sueste na Av. Infante Dom Henrique, 1
› [MH] Construção de edifício de Habitação na R. das Praças, 92
› [MH] Construção da Esc. Básica do Parque das Nações
- 2022** › [PVMA] Construção de edifício de habitação na R. Francisco Metrass, 60
› [MH] Construção de conjunto habitacional no Arruamento à R. Isaac Rabin, 1-19 e 2-16 B
› [MH] Ampliação de edifício de habitação na Trav. de Santa Quitéria, 14-14 B
- 2023** › [PVMA] Reabilitação de edifício para instalação do Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias (ISCTE)
› [MH] Parque Urbano Gonçalo Ribeiro Telles na Praça de Espanha
- 2024** › [PVMA] Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Camões
› [PVMA] Construção do Funicular da Graça na Rua dos Lagares
› [MH] Alteração do Centro de Arte Moderna - Fundação Calouste Gulbenkian

Legenda

- [PV]** – Prémio Valmor
[PMA] – Prémio Municipal de Arquitetura
[PVMA] – Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura
[MH] – Menção Honrosa
 ♦ – Demolido

PRÉMIO VALMOR

HOTEL 1908

Por **MANUEL PARDAL MONTEIRO e JOÃO PARDAL MONTEIRO** | ARQUITETOS
Fotos **JOÃO PARDAL MONTEIRO**

1. Identificação e localização do edifício

Prédio de 4 pisos situado no gaveto formado pela Av. Almirante Reis, n.º 2 a 2k, e o Largo do Intendente Pina Manique, n.º 1 a 10

Prémio Valmor de 1908

Arquiteto autor: Arnaldo Redondo Adães Bermudes

Data de construção: 1908

Reabilitação, requalificação e conversão para equipamento Hoteleiro

Autor do Projeto: Pardal Monteiro Arquitectos

Decoração – Autora: Marta Faustino

Data da operação de reabilitação: 2016/2017

Área do lote: 408m²

Área bruta de construção: 2.156m²

Número de quartos: 36

2. Descrição do edifício e enquadramento histórico

Edifício emblemático da arquitetura Portuguesa do início do século XX, prémio Valmor de 1908, da autoria do arquiteto Adães Bermudes. A sua construção remonta a 1908, tendo sido iniciada a sua integral reabilitação em 2016, da autoria do ateliê Pardal Monteiro Arquitectos.

Para uma melhor compreensão e caracterização do edifício apresentamos aqui transcrita a descrição constante da ficha do imóvel do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, da autoria de João Silva, onde é apresentada uma caracterização arquitectónica exaustiva do imóvel e da sua envolvente exterior.

«Planta retangular. Edifício de 4 andares e mezanino com colunas articuladas, 1 corpo trapezoidal e centro semicircular e coberturas diferenciadas, em telhado e zimbório com lanternim. O Tratamento das fachadas E. e O. é idêntico: pilares salientes dividem-nas em 5 panos rematados por cornija, apresentando os 2 pisos inferiores aparelho almofadado. Fenestração: janelas de sacada em todos os andares à excepção do mezzanino.

Arquitectura residencial, ecléctica. Edifício de grande profusão decorativa, concebido numa época de procura de “casa Portuguesa”, obedecendo a um estilo “clássico, grego ou romano, romão gótico ou da renascença”, preconizado pelo Prémio Valmor. O tratamento das fachadas



E. e O. é idêntico. O 1.º piso é rasgado por várias portas e vitrinas, encimadas por janelas de verga curva. 3 destas, possuem vergas monumentais terminadas por mísulas e delas arrancam como que 3 corpos que avançam ligeiramente, ladeados por pilastras, formando assim 3 eixos de simetria na leitura destas fachadas. O 2.º piso é rasgado por várias janelas de sacada, umas inscritas em arco abatido, outras, de vão rectangular, encimadas por uma decoração em cantaria e moldura formando uma espécie de sobreverga relevada em forma de asna. O 3.º piso é composto por janelas de sacada e em varanda corrida, de verga curva encimadas por molduras. O 4.º piso, é rasgado por janela com guardas de ferro e de sacada inscritas em arco pleno. Uma cornija suportada por modilhões sofre uma ruptura nos corpos salientes, sendo estes coroados por frontões quebrados, sendo as suas cornijas oblíquas em forma de volutas encimadas por um vaso. Estes são ladeados por urnas assentes num pedestal. No corpo central a cornija é sobrelevada, em forma de frontão curvo, coroada por um obliquo. O tímpano destes frontões é decorado com azulejos policromados com motivos animais e florais. Entre estes, corre uma platibanda alternada por blocos maciços e rasgados por balaustrada. O corpo que torneja, fachada S., é rasgado no 2.º piso por janelas inscritas em arco pleno que dão para uma varanda corrida, em cantaria, suportada por mísulas. O 3.º, também de varanda corrida, mas com guardas de ferro é rasgado por janelas de verga curva. O 4.º piso, tem janelas de sacada em ferro, inscritas em arco pleno. Este corpo é corrido por uma cornija sobre modilhões, encimada por platibanda e coroados por um zimbório com lanternim.»¹

Da composição da fachadas e de todo o simbolismo da composição interessa para a caracterização uma descrição pormenorizada e criteriosa publicada numa revista de arquitetura da época – Julho de 1908 “A Architectura Portuguesa”, da autoria de José de Figueiredo (?)

«... Depois, a casa do Largo do Intendente, provando na sua linha geral o valor do architecto que a projectou, prova ainda esse valor em todos os seus detalhes, mostrando, por esta forma, Adões Bermudes saber bem que a verdadeira architectura não existe sem a concordância de tres qualidades essenciais: boa construção, bom aproveitamento e boa plástica. A sua casa, em cujas fachadas, se entretecem com a maior liberdade e uma stylisação pessoalíssima, alguns motivos da nossa architectura dos seculos XVII e XVIII e diferentes elementos naturalistas, desenvolve-se, através dos seus pavimentos, n’um synobolismo gracioso e sóbrio que rompe, junto ao primeiro andar, com vários motivos aquáticos entalhados pelos canteiros na pedra e realizados pelos serralheiros nas grades, passa, em seguida ao piso immediato já em formas de vida da terra, plasticizando-se depois, no ultimo pavimento, na interpretação igualmente original dos elementos e animaes do ar. D’esta forma, os golfinhos, enguias e gyrasoes, avolumam de pedra n’um relativo hieratismo que lhes dá a natureza do material em que estão esculpidos, ao lado da quasi aérea gaze em que se desentranham, do ferro, as libelugas, os escaravelhos e as borboletas. E este contraste não é um dos menores encantos d’esta construção. (...)»²

3. Descrição do Empreendimento – Generalidades

O edifício, hoje “Hotel 1908”, é um dos edifícios marcantes da Av. Almirante Reis e distingue-se na silhueta da cidade pelo seu corpo semicircular, coroados por uma volumosa cúpula,

1 João Silva, 1992 in <http://www.monumentos.pt>

2 Revista “A Architectura Portuguesa” – Anno I, nº7, Lisboa, Julho de 1908 - Artigo de José de Figueiredo

marcando imponentemente o gaveto onde se encontra localizado. Com uma configuração de planta triangular, apresenta um tratamento igual em ambas as fachadas. A sua linguagem decorativa exterior caracteriza-se por um ecletismo, que congrega elementos neobarrocos patentes na cúpula e nos seus ornatos, assim como elementos Arte Nova patentes nos revestimentos de azulejaria policromáticos, com representações de pavões e motivos florais, nas cantarias e na malha sinuosa dos ferros forjados com motivos florais e animais.

Quando da aquisição do edifício pela sociedade Vila de Santa Ana Lda, o prédio encontrava-se num estado de abandono e degradação avançada, que só uma intervenção atempada do promotor, o salvou de uma ruína eminente. A intervenção teve como premissas a reabilitação do património edificado com integração e adequação da nova funcionalidade de equipamento hoteleiro. No projeto foram respeitados critérios de autenticidade e integridade que devem assistir a uma reabilitação do património edificado, sendo que o impacto final na imagem e no enquadramento urbanístico foi positivo e representa uma mais-valia urbana, contribuindo de forma decisiva para a revitalização da zona onde se insere.

Este novo uso do edifício, ditou sobretudo alterações interiores ao nível da compartimentação e a modernização das instalações de modo a permitir a correta funcionalidade e conforto de acordo com os parâmetros atuais e exigências da legislação em vigor. Nos pisos inferiores, a solução passou pela demolição das construções dos vários pisos que se foram somando ao longo dos anos e recuperou-se o projeto inicial, com a construção de mezaninos interligados por escadas com o piso térreo. No que se refere ao exterior do imóvel, a reabilitação baseou-se na preservação total, recuperando-se todos os elementos arquitetónicos do projeto do Arquiteto Adães Bermudes, nomeadamente aplicação de telha marselha, construção de claraboia da escada e de pequenas trapeiras cilíndricas, recuperação do desenho das caixilharias exteriores, recuperação dos painéis de azulejos, das cantarias, dos ferros forjados e zínco trabalhados.

Tratando-se de um imóvel de interesse público e prémio Valmor no ano em que foi construído, toda a intervenção foi centrada na preservação formal, construtiva e artística do edifício, recorrendo inclusivamente ao projeto original nas situações em que as diversas obras ao longo de mais de um século, foram desvirtuando o edifício. As ações de reabilitação e conservação foram executadas recorrendo às melhores técnicas e boas práticas em construção e reabilitação, de forma a não alterar as características e particularidades que valeram a classificação do Imóvel. Ao mesmo tempo, todas as ações de intervenção tiveram em consideração a manutenção e respeito ao valor arquitetónico, artístico, histórico e cultural. A reabilitação do edifício é também mais um exemplo de uma intervenção que trouxe uma nova dinâmica e vivência para a zona onde se insere, contribuindo de forma significativa para uma modernização e valorização da cidade de Lisboa.

3.1 Situação anterior à intervenção

O edifício antes da intervenção encontrava-se estruturalmente (paredes estruturais de alvenaria de pedra) em boas condições, sendo que todos os restantes elementos da construção encontravam-se em estado avançado de degradação antevendo uma situação iminente de ruína. Numa primeira fase, para prevenir um processo de degradação que se vinha a verificar, proveniente da entrada de água pela cobertura e pelos vãos em más condições de estanquidade, o processo de reabilitação incidiu pela reabilitação da cobertura e fachadas. Na sequência desta 1.ª fase que garantiu a estabilidade e a paragem do processo de degradação avançou-se para os restantes trabalhos até à reabilitação total.

Constituição e estado de conservação antes da intervenção:

O sistema construtivo inicial baseia-se em paredes periféricas de alvenaria de pedra e numa estrutura metálica integral, com pilares e vigas, até ao 2.º, sendo o terceiro piso em construção simples de paredes de alvenaria portante.

Esta estrutura metálica é preenchida com paredes de alvenaria de tijolo furado a uma vez, rebocado com argamassas de cal. Os pavimentos são executados em lajes de abobadilhas e vigotas metálicas até ao 1.º andar sendo que a partir daí os espaços entre as vigas estruturais são preenchidos com barrotes de madeira e revestidos com soalhos no mesmo material.

Em seguida descreve-se em pormenor os componentes construtivos:

Cobertura: constituída por vigamentos de madeira, varas e ripas suportando telhado de telha marselha. O estado de degradação obrigou a uma intervenção imediata com renovação total do telhado com soluções em tudo idênticas, mas com os isolamentos reforçados de acordo com as práticas atuais e repondo soluções do projeto inicial como as trapeiras de formato circular.

Pisos dois, três e águas furtadas: constituídos por estrutura de barrotes de madeira revestida superiormente com soalhos de madeira, com situações de ladrilhos cerâmicos sobre o soalho. Inferiormente revestimento com tetos de estafe e estuque.

No piso um, separação com o comércio do R/C e sobreloja, o pavimento é formado por uma estrutura de vigas metálicas (I's) enquadrando lajes em abobadilhas de tijolo cerâmico sobre as quais apoiam barrotes onde assentam os soalhos ou pavimentos de ladrilhos cerâmicos.

Os pavimentos de madeira encontravam-se, em muitas situações, degradados (soalho podre) e os estuques encontram-se bastante fissurados e desagregados, em muitos casos já caídos. Os barrotes, fruto das infiltrações no telhado e dos próprios vãos, encontravam-se, em diversas situações, podres, sobretudo nos apoios junto das paredes periféricas. Na sobreloja os pavimentos originais eram formados por mezaninos constituídos por estruturas metálicas enquadrando pavimentos de madeira, dos quais pouco restava. A ocupação com comércio e as várias ocupações ao longo dos anos, fez com que os espaços estavam completamente alterados em relação ao projeto inicial. Verificava-se a subdivisão total dos espaços com pisos de constituição precária e de nível variável e a introdução de várias escadas.

Paredes interiores: constituídas por panos de tijolo cerâmico de dois furos rebocadas e estucadas. Estas apresentavam-se bastante degradadas nomeadamente no que se refere ao seu acabamento.

Paredes exteriores: constituídas por alvenaria de pedra rebocadas e estucadas interiormente e revestidas exteriormente com reboco pintado, cantarias ornamentais e painéis de azulejo cerâmico decorativos. Os rebocos, fruto de diversas intervenções de manutenção, tinham zonas em bom estado e outras com diversas patologias, nomeadamente fissuração e desagregações da base. Os rebocos iniciais eram constituídos por argamassas bastardas de cal e areia, sendo que em muitas das reparações feitas foram aplicadas argamassas com incorporação de cimento. As cantarias, de pedra calcária rija até ao nível do 1.º andar e pilastras ornamentais de pedra calcária branca, encontravam-se na generalidade com alguns sinais de desagregação superficial, sendo que ao nível do R/C apresentam-se bastante danificadas, consequência da aplicação de toldos, montras, painéis e outros elementos que foram danificando os revestimentos. Os painéis de azulejos decorativos, a níveis superiores das fachadas, apresentavam-se com muitas peças em falta e partidas. As grades de ferro das sacadas e varandas encontravam-se bastante degradadas pela corrosão do material e algumas das janelas da sobreloja estavam em falta.

Caixilharia: A caixilharia dos pisos superiores era na maioria dos casos a original de madeira trabalhada, integrando vidraça. O estado de degradação era acentuado.

No R/C a caixilharia original não existia, tendo sido substituída por diversos tipos de caixilharia. Como referido anteriormente, os espaços comerciais foram, ao longo do tempo, alvo de várias intervenções, tendo na maior parte dos casos, sido desvirtuado o desenho do edifício original, nomeadamente ao nível das caixilharias exteriores e do fechamento total do pavimento da sobreloja.

3.2 Programa funcional – Equipamento Hoteleiro e de restauração

Funcionalmente tratava-se de um edifício de habitação e comércio com dois fogos de habitação em cada um dos três andares superiores e comércio no R/C e mezaninos, compostos inicialmente por três grandes lojas, posteriormente muito subdivididas. Quando da aquisição do imóvel o promotor estabeleceu o programa funcional para o edifício baseado na instalação de um equipamento hoteleiro de 3 estrelas e respetivos equipamentos de apoio incluindo a reabilitação integral do edifício, com cerca de 88 m² em cave 375 m² no R/C piso 1, 2 e 3, 290 m² no mezanino e 250 m² nas águas furtadas, num total aproximado de 2.040 m².

Assim, o R/C e o piso intermédio – mezaninos, afetos a comércio indiscriminado foram reconvertidos à receção do Hotel, um espaço de restauração, no gaveto, um bar e cafetaria com explanada do lado do largo do Intendente, e no espaço restante voltado à Av. Almirante Reis serviços de apoio do restaurante e do Hotel. Os três pisos superiores e águas furtadas, destinam-se integralmente aos 36 quartos e respetivas instalações Sanitárias, sendo 11 quartos respetivamente nos pisos 1, 2 e 3, e 3 quartos e uma sala nas águas furtadas. Quanto às diversas especialidades obrigatórias e necessárias para um bom desempenho da funcionalidade pretendida foram desenvolvidos os projetos de modo a conferir ao imóvel as condições técnicas e ambientais segundo os parâmetros atuais que um equipamento desta natureza exige.

3.3 Edifício após reabilitação

No que se refere à situação do edifício após a conclusão da reabilitação e remodelação apresentamos os elementos s e fotográficos.

3.4 Da Intervenção de reabilitação

Neste ponto é feita uma descrição ilustrada das intervenções de reabilitação executadas no edifício.

Estrutura e acabamentos

Mista, constituída por paredes de alvenaria de pedra periféricas e envolventes da escada e zona central; estrutura metálica de pilares e vigas, enquadrando paredes de alvenaria de tijolo de dois furos. Pavimentos constituídos por barrotes de madeira tarugados revestidos com materiais de acabamento; pavimento do 1.º piso de vigamento metálico preenchido com abobadilhas de material cerâmico. Os acabamentos são os adiante descritos.

Paredes de alvenaria de pedra

Sem aparelhamento ou ordinária (Corrente) – paredes de pedra toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão, ligadas entre si por argamassas ordinárias.

Estado de conservação: bom.

Intervenção: Onde necessário foram picadas, consolidadas e rebocadas com argamassas de cal compatíveis com as existentes.

Paredes divisórias de alvenaria de tijolo de dois furos (tijolo de 0,11m)

Estado de conservação: razoável.

Intervenção: picagem geral e consolidadas e rebocadas com argamassas compatíveis e estucadas.

Paredes divisórias e revestimentos de paredes existentes de alvenaria de pedra e de tijolo

Intervenção: revestimentos de paredes e novas divisórias em painéis de gesso cartonado sobre estrutura de aço leve.

Estrutura metálica

Pilares (circulares e perfis I's), vigas e vergas de vãos

Estado de conservação: razoável.

Intervenção: limpeza geral de toda a oxidação com escovagem ou lixagem; metalização a frio, anti oxidante.

Pavimentos dos pisos 2, 3 e 4

Constituídos por barrotes de 160 x 80 mm de pinho encastrados nas alvenarias de pedra e apoiados nas vigas metálicas. Acabamento superior com soalhos e inferior com tetos de estafe e estuque. Estado de conservação: Razoável /mau.

Intervenção: limpeza geral e substituição de todos os barrotes danificados por outros, igualmente de pinho tratado. Remoção dos soalhos em mau estado. Remoção de tetos de estuque.

Acabamentos: Superior – Sobre soalhos existentes ou sobre novas placas de OSB aplicação de manta de proteção acústica, placas de contraplacado marítimo e acabamentos finais com impermeabilizante nas zonas húmidas. Inferior – Placas de OSB, argamassa projetada, armada, anti-fogo, teto acústico de gesso cartonado.

Pavimentos do pisos 1

Constituído por vigamento metálico preenchido com abobadilhas de material cerâmico. Superiormente com barrotes de pinho apoiados nas abobadilhas e sarrafados. Acabamento superior com soalhos ou enchimentos de argamassas e ladrilhos.

Estado de conservação: Razoável /mau.

Intervenção: limpeza geral e substituição de todos os barrotes danificados por outros, igualmente de pinho tratado. Remoção dos soalhos em mau estado.

Acabamentos: Superior – Sobre soalhos existentes ou sobre novas placas de OSB aplicação de manta de proteção acústica, placas de contraplacado marítimo e acabamentos finais; nas zonas húmidas enchimento leve com impermeabilizante e acabamento. Inferior – laje à vista com reparação dos revestimentos e pintura dos perfis metálicos e superfícies das abobadilhas estucadas.

Pavimentos dos mezaninos da sobreloja

Os originais não existiam. Construção nova, como mesmo método construtivo dos originais.

Constituídos por vigamento metálico preenchido com barrotes de pinho. Acabamento superior com soalhos.

Acabamentos: Superior – Soalhos novos. Inferior – Tetos de gesso cartonado pintado.

Pavimentos térreos

Constituído por enrocamento, massame e acabamentos finais variados não originais.

Quando da remoção dos acabamentos e abertura de caixa foi encontrado o acabamento original de mosaico hidráulico com ladrilhos pretos e brancos constituindo desenho geométrico.

Intervenção: Limpeza geral e abertura de caixa para nova base e acabamentos.

Acabamentos: Sobre tuenant compactado aplicação de barreira de vapor, isolamento térmico XPS, massame armado com acabamento de mosaico hidráulico nas zonas de público e mosaico cerâmico nas zonas de serviço. O Mosaico hidráulico foi fabricado à semelhança do original, tanto em dimensão como em cor e desenho.



“intervenção centrada na preservação formal, construtiva e artística do edifício, recorrendo inclusivamente ao projeto original”



Caves existentes e novas

Estrutura de paredes e laje de betão armado e laje de betão armado. Executadas como estruturas independentes de forma a ficarem independentes das paredes de fundação de alvenaria de pedra do edifício.

Monotorização topográfica do edifício durante a execução de modo a acautelar qualquer afetação estrutural, o que não se verificou.

Todos os trabalhos de escavação foram acompanhados pela equipe de arqueologia contratada para o efeito.

3.5 Intervenção exterior

Cobertura

Constituída por uma estrutura de vigas de 160 x 80 mm de pinho apoiadas nos frechais periféricos e cumeeiras centrais e pilares de madeira.

Estado de conservação: Mau. Toda a cobertura foi substituída por uma nova em tudo semelhante a existente e seguindo os mesmos princípios construtivos, tendo sido acrescentados os isolamentos e proteções contra risco de incêndio.

Intervenção: Substituição integral do telhado com inclusão de uma zona de união das duas cumeeiras dos corpos a sul em cobertura plana revertida a zinco.

Acabamentos: Superior – Sobre vigas de madeira aplicação de placas de OSB, tela de impermeabilização “Tyvek”, isolamento térmico XPS ripa e contra ripa e acabamento com telha marselha. Zona de zinco – Sobre vigas de madeira aplicação de placas de OSB, tela de impermeabilização “Tyvek”, isolamento térmico XPS ripa e chapas de zinco. Inferior – Placas de lâ mineral 40mm 70kg/m³ e revestimento com duas placas de gesso cartonado hignifogo.

Trapeiras

As trapeiras circulares distribuídas em quatro conjuntos de três unidades, dois na fachada sobre o largo do intendente e dois sobre a da Av. Almirante Reis, constam do projeto original embora não terão sido executadas ou eventualmente retiradas numa qualquer intervenção.

Intervenção: Execução de novas trapeiras constituídas por uma estrutura de madeira impermeabilizada e com isolamento térmico; revestimento de chapa de zinco.

Cúpula

Constituída por uma estrutura de vigas e travessas de madeira revestida com régua de madeira e onde estavam aplicadas as chapas de zinco trabalhado com motivos ornamentais. A encimar a cúpula temos um fecho com zimbório, também em zinco, muito trabalhado.

Estado de conservação: mau. O zinco apresentava-se totalmente degradado e já inexistente em muitos locais onde tinha sido aplicadas telas e pinturas diversas.

Intervenção: Remoção dos revestimentos; reparação e beneficiação da estrutura de madeira. Revestimento da estrutura com placas de osb; impermeabilizante “tyvek”; isolamento térmico xps e acabamento em chapa de Zinco.

Acabamentos: O trabalho de zinco foi executado por especialistas que no local reproduziram fielmente o trabalho dos ornamentos da superfície. O Zimborio foi feito em fábrica e posteriormente montado no local tendo sido feita uma reprodução rigorosa do original.

Trabalho executado pela firma “Latoaria Bri”.

Cantarias

De calcário branco que reveste toda a superfície até ao 1.º andar e se prolonga até à cobertura em pilastras e bow windows.

Estado de conservação: Razoável / mau. As cantarias dos níveis inferiores apresentavam-se bastante danificadas e furadas por ação da colocação indiscriminada ao longo dos anos de variados toldos reclamos, vitrinas, etc.

Intervenção: Remoção de todos os toldos e reclamos.

Limpeza geral com escovagem manual e jacto de água de baixa pressão, conforme os casos. Refechamento de fissuras e furos com argamassas de pó de pedra com pigmentação adequada.

Rebocos

Rebocos originais de cal hidráulica. Detetadas reparações diversas com argamassas comentícias, sendo que as superfícies apresentam uma diversidade de situações diferentes.

Estado de conservação: Razoável. Os rebocos apresentavam zonas boas e zonas com muita fissuração e desagregadas da base.

Intervenção: Picagem das zonas degradadas com fissuração e desagregadas da base.

Aplicação de novos rebocos com argamassas de cal hidráulica compatível com a base.

Pintura com tinta de silicatos.

Guardas de varandas e janelas de sacada.

As guardas estão distribuídas pela sobreloja 1.º, 2.º e 3.º andares e tem como função a proteção de varandas e de janelas de sacada. São constituídas em ferro forjado e apresentam desenhos com motivos variados e diferentes em cada piso.

Estado de conservação: As existentes em estado Razoável. Verificou-se a falta de 11 guardas ao nível dos vão de sacada da sobreloja.

Intervenção: Limpeza e escovagem de todas as superfícies de modo a eliminar toda a oxidação; reparação das partes já danificadas. Metalização e pintura a esmalte.

As em falta foram executadas reproduzindo fielmente as originais.

Trabalho executado pela firma “Argopin” sediada em Viseu

Azulejos decorativos

O edifício apresenta seis painéis decorativos de azulejos pintados à mão com motivos da natureza, florais e aves. Estes painéis encimam os seis módulos das fachadas balançados, três para o lado da Av. Almirante Reis e três para o lado do Largo do Intendente.

Estado de conservação: Mau. Os painéis apresentavam grande número de azulejos partidos e em falta.

Intervenção: limpeza geral e execução de novos azulejos para substituição dos partidos e em falta. Foram chamados especialista que reproduziram as peças necessárias com a técnica igual à original, fabricando e pintando as peças à mão com processos em tudo iguais.

Autoria da reprodução dos azulejos: Albertina Andrade – Azul Português.

Caixilharia

Os caixilhos do edifício nos pisos em elevação eram na maioria dos casos os originais de madeira ainda com o desenho do projeto original. Na zona das lojas no R/C e, em alguns casos, da sobreloja os caixilhos nada tinham a ver com os originais nem em desenho nem no material.

Estado de conservação: Mau e em alguns casos adulterados.

Intervenção: Reposição, para a totalidade dos vãos, do desenho do projeto original. Com base no projeto do Arq. Adães Bermudes foram executados novos caixilhos de madeira integrando vidros duplos, com integração de portadas interiores nos pisos 1 a 3.

Trabalho executado pela firma “Catedral” sediada em Castanheira do Ribatejo.



Alexandra Paio | 28 de março de 2025 | Universidade Lusíada de Lisboa

A crise habitacional é um dos desafios mais urgentes das sociedades contemporâneas, exigindo novas abordagens para garantir o direito à habitação digna e acessível para todos. A cooperação entre a Ordem dos Arquitectos – Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), os centros de investigação da região de LVT e a Rede Cohabitar, no âmbito da Rede Tagus, tem fomentado um diálogo construtivo entre profissionais, academia, cooperativas e decisores políticos na disseminação de novas metodologias de planeamento, financiamento e construção para o setor da Arquitetura, Engenharia e Construção.

Neste contexto, a participação na mesa-redonda intitulada “Contributos da Investigação para o Desenvolvimento da Nova Geração de Cooperativas de Habitação”, realizada no âmbito do 3.º Encontro “Novas Formas de Viver: Construir Comunidade” da Rede Cohabitar, constituiu uma oportunidade para debater a investigação aplicada em curso sob diferentes perspetivas, destacando o seu papel na implementação de modelos habitacionais diversificados, participativos e sustentáveis, alinhados com os desafios nacionais e internacionais.

A partir da reflexão crítica gerada durante a sessão, apresentam-se, de seguida, diferentes contributos de investigadores que, através de projetos e estudos aplicados, analisam os desafios e oportunidades para o desenvolvimento da nova geração de cooperativas de habitação.

No contexto atual de grandes carências de habitação e para a sua resolução, no que diz respeito à construção de edifícios, considera-se muito importante o contributo da nova geração de cooperativas de habitação, na produção da habitação acessível, com base em património e apoio público. Neste âmbito, são significativas as parcerias que possam ser estabelecidas com os centros de investigação das universidades e cooperativas, que constituem a Rede Tagus da Ordem dos Arquitectos. Nesse sentido, e ao nível da investigação aplicada, poderá desenvolver-se uma colaboração, quer no âmbito dos projetos, contemplando as necessidades das gerações futuras, quer ao nível da construção, na procura de tecnologias mais industrializadas, inseridas nos princípios da construção sustentável. Pretende-se, com estas tecnologias, possibilitar a transferência de operações do estaleiro para a fábrica, com redução do pessoal e de resíduos nas frentes de trabalho, que permita uma gestão mais eficaz, reduzindo prazos e custos.

Alberto Reaes Pinto

Professor Catedrático
e Diretor CITAD – Centro de Investigação
em Território, Arquitectura e Design,
Universidade Lusíada de Lisboa

Com apoio no Sustenta, Laboratório de Projeto Sustentável do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura Urbanismo e Design, sediado na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa – inscreve-se o tema Arquitectura e Ideologia: uma figuração do Comum, a partir de Casa Branca, aldeia ferroviária do Concelho de Montemor-o-Novo. Ali, um coletivo académico composto por alunos finalistas do 2.º ciclo do Mestrado Integrado em Arquitectura, aliou-se aos integrantes da Estação Cooperativa de Casa Branca, para equacionar um devir sustentável e imaginar correspondente suporte material societário. A fronteira entre os especialistas no projeto e os potenciais destinatários da arquitetura foi intencionalmente corrompida, a favor de um estudo implicado com as condições vivenciais presentes, tendo em vista possibilidades futuras.

Cooperação, participação e integração distinguem-se com partes de uma aproximação ideologicamente comprometida – a traduzir como constituintes do projeto: programa, tipologia, materiais e produção bioclimática, submetem-se a tal interpretação crítica, a partir de analogias implicadas com determinações políticas, sociais, ambientais e económicas.

Daniel Santos de Jesus

Professor Auxiliar e Investigador,
CIUAD – Centro de Investigação em Arquitectura,
Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura,
Universidade de Lisboa

O envelhecimento da população e diferentes modelos de urbanismo moldam profundamente as cidades ocidentais do século XXI, exigindo novas e criativas estratégias para promover comunidades mais inclusivas. No contexto do encontro “Novas Formas de Viver – Construir Comunidade”, que visa coletar contributos para o desenvolvimento da nova geração de cooperativas de habitação, acreditamos que o projeto AGE-15 ao investigar como o paradigma da Cidade dos 15 Minutos pode reforçar a qualidade de vida dos adultos mais velhos, densificando os seus laços quotidianos e o sentido de pertença e garantindo melhor acessibilidade e segurança nos espaços urbanos, pode constituir-se como uma útil referência. Através de processos de investigação aplicada em bairros da Suécia, Países Baixos, Portugal e Turquia, o AGE-15 explorará a relação entre o ambiente construído, a mobilidade e as atividades diárias das pessoas com mais idade. Inspirando-se em modelos inovadores de habitação colaborativa na Suécia e no Japão, o projeto visa cocriar soluções para bairros mais inclusivos, adaptáveis a diferentes contextos de envelhecimento. Focado numa abordagem transnacional e participativa, o AGE-15 valoriza sobretudo a transferência de conhecimento e procura contribuir ativamente para políticas públicas mais justas.

Jorge Gonçalves

Professor Auxiliar e Investigador CÍTUA - Centro para a inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

O DINÂMIA'CET-Iscte tem um histórico de décadas de investigação na área da habitação, sempre com uma abordagem interdisciplinar. Atualmente, no âmbito das investigações individuais, analisam-se experiências nacionais e internacionais, identificando desafios e oportunidades para a implementação do modelo cooperativo em contextos diversos. Destacam-se o projeto SOLVE-H, de Ritika Batra, bolseira Marie Skłodowska-Curie, e as investigações de doutoramento de Moisés Rosa e Vatanni Saray, centradas na habitação colaborativa e no cohousing. A aposta na investigação aplicada, em articulação com municípios, associações e cooperativas, reflete-se em dois projetos coletivos coordenados por Joana Pestana Lages que promovem soluções inovadoras para reforçar o direito à habitação. O primeiro, Care(4)Housing, acompanha desde 2022 a formação da Cooperativa de Habitação 65, que procura responder à precariedade habitacional da comunidade migrante em Loures. O segundo apresenta um estudo de viabilidade para a implementação do primeiro Community Land Trust em Portugal. Por fim, destaca-se o observatório LXHabidata, coordenado por Sandra Marques Pereira, que se dedica à recolha e análise de dados sobre habitação, contribuindo para um debate informado sobre as dinâmicas habitacionais.

Joana Pestana Lages

Investigadora e Vice-Diretora DINÂMIA-CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O associativismo, nas suas múltiplas formas, embora tenha raízes históricas muito mais antigas, é também uma conquista de Abril. Os cidadãos podem hoje contribuir para a democratização e descentralização do poder, permitindo o surgimento de novas formas de organização social e económica. No entanto, o associativismo tradicional (e o cooperativismo não é exceção) enfrenta uma crise de participação, em parte devido à obsolescência dos seus modelos face às mudanças sociais e à era digital. A necessidade urgente de gerar inteligências coletivas e de integrar os seus diferentes saberes impõe-se como um novo desafio para a governança habitacional e territorial. A universidade pode e deve apoiar na delimitação e sistematização de sistemas de participação, garantindo a recolha e interpretação de dados que fundamentem conhecimento capaz de nortear políticas públicas, programas e projetos. Entre a investigação e a experimentação, a academia deve posicionar-se como parceira ativa na construção de novos modelos cooperativos.

Gonçalo Folgado

Investigador e Filipa Ramalhete, Professora Auxiliar e Diretora, CEACTION/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa

Embora alguns gestos cooperativos estejam na origem da habitação, a chamada “habitação cooperativa” na Europa começou no século XIX, na Grã-Bretanha e em França, como meio de fornecer habitação acessível a pessoas cuja outra opção seria o aluguer. Mas, se analisarmos a ação intrínseca que o movimento cooperativista implica, a de colaboração e de associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns, então eu diria que a minha aldeia era cooperativista há longos séculos, partilhando água, lavadouro, forno, instrumentos agrícolas e até imagens religiosas. Numa análise realizada pelo nosso grupo de investigação, o TerrA.ID, verificou-se que as tipologias recentes dos últimos concursos de habitação do IRHU revelam um nível de sistematização que visa a universalidade da adequabilidade da habitação e a redução dos custos de produção. A minha pergunta é: e teremos todos o mesmo dinheiro e as mesmas necessidades?

Maria Rita Pais

Professora Auxiliar e Investigadora TerrA.ID Centro de Investigação, Universidade Lusófona de Lisboa



FÁTIMA COELHO

BIBLIOTECÁRIA DA BIBLIOTECA
FRANCISCO KEIL DO AMARAL

Milhares de espécies aguardam os seus leitores, numa biblioteca especializada, com fundos do século XIX, que recebe com regularidade as novidades da arquitetura. Fátima Coelho combinou o desenvolvimento da vida profissional com a profissionalização da Biblioteca.

Por **REDAÇÃO**

Foto **NUNO ALMENDRA**

Fundada pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses (1904), a Biblioteca da sede da Ordem (Biblioteca Keil do Amaral desde 2010) guarda um fundo documental com espécies que remontam ao século XIX. A organização de milhares de livros e revistas acumuladas interseta o percurso de Fátima Coelho desde há 36 anos.

Pode dizer-se que a Biblioteca esperava a sua bibliotecária, um trajeto que evoca quatro momentos fundamentais para a instituição: tratamento da documentação de acordo com as normais nacionais e internacionais (1988, logo a partir da sua entrada na Ordem), informatização do catálogo bibliográfico (1998), criação de uma tabela de arquivo das publicações por assuntos (2006) e disponibilização do catálogo online (2013).

Para Fátima Coelho, com um curso de Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas e múltiplas formações posteriores nessa instituição (BAD), um curso na Biblioteca Nacional (BN), onde exerceu a profissão até integrar a Ordem, estágio no Ministério da Educação, pós-graduação e licenciatura em Ciências da Documentação e Informação – especialização em Bibliotecas de Arte, o inverso é também verdadeiro: a relevância das mudanças da instituição na sua vida profissional.

“Na BN tratei livros de diversas áreas do saber. Na biblioteca da Ordem, foi preciso aprender uma nomenclatura nova, estudar manuais de classificação de arquitetura, perceber como os arquitetos/as pesquisam a informação”. Ou seja, “tratar a documentação especializada, que constitui um núcleo de informação particular, a um nível de classificação aprofundado. Isso transformou-me como bibliotecária e fez-me crescer nesta área do conhecimento”. A Biblioteca continua a receber doações, a incorporar acervos de arquitetos, a diversificar aquisições, a receber leitores/as e a promover feiras do livro usado.

Fátima Coelho está aos comandos deste fundo documental que se transforma, pela descoberta, manuseio e reuso (recebeu 72 mil leitores entre 1989 e 2024), num ‘lugar do discurso’ – nome das conferências que a Biblioteca recebeu (2015) – e numa prática da escrita.

“Um novo desafio se abre agora, a compreensão e apreciação mais profunda do trabalho dos membros da OA que nos confiaram os espólios, através do seu tratamento e divulgação pública.”



O PAPEL DA ENCOMENDA PÚBLICA NA QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA DA ARQUITECTURA: CONTRIBUTOS E DESAFIOS

Por **CÉLIA SOFIA DE ALMEIDA MAIA**, ARQUITETA |
VOGAL DO CONSELHO DIRECTIVO SRLVT
Foto **NUNO ALMENDRA**



“O Serviço é uma ferramenta estratégica para valorizar o papel do arquitecto na sociedade, beneficiar a classe profissional e ajudar as entidades adjudicantes (sejam públicas ou privadas).”

O Serviço de Encomenda da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (SRLVT) da Ordem dos Arquitectos (OA), entre outros aspectos, é um sector criado para auxiliar entidades a encontrar arquitectos qualificados para os seus projectos. Este serviço ajuda a formalizar a relação entre entidades e profissionais, garantindo transparência e qualidade no processo de contratação.

É um sector com cerca de 30 anos de experiência na organização de concursos e prémios, destacando-se a Ordem dos Arquitectos como a entidade nacional com maior conhecimento nesta área. Beneficiando de uma relação institucional privilegiada com organismos internacionais, como o Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE), a União Internacional dos Arquitectos (UIA), entre outros, tem liderado concursos de concepção para selecção de projectos nas mais variadas

áreas, dentro da arquitectura. Isto, através de uma equipa técnica e jurídica especializada ao serviço do sector. É também este sector que nomeia um jurado em sua representação e garante a divulgação alargada do lançamento dos concursos.

Geralmente, as entidades solicitam-nos um serviço de apoio técnico ou assessoria para garantir o correcto enquadramento legal, a instrução do procedimento e a adequação dos elementos a apresentar pelos concorrentes à escala do objecto do concurso. Isso inclui a definição do valor dos prémios em relação aos requisitos das propostas e a formulação de critérios de selecção alinhados com os objectivos da entidade. Asseguramos a presença maioritária de arquitectos no júri para uma avaliação técnica rigorosa, elaboramos o cronograma para a execução e apresentação das

peças e acompanhamos todo o processo, garantindo o respeito pelos direitos de autor e a correcta definição dos aspectos contratuais inerentes ao desenvolvimento do projecto.

Este serviço ajuda a entender as etapas de um projecto de arquitectura, honorários e contratos, e com a garantia de qualidade profissional que envolve arquitectos activos, há neste “modelo” um padrão técnico e ético a ser seguido. Consideramos que é o único modo de garantir um profissional adequado e dentro das normas legais. Mas existem outros aspectos de igual relevância que devem ser destacados.

Contributos

O Serviço de Encomenda da SRLVT pode desempenhar um papel fundamental na melhoria das obras públicas em Portugal, garantindo maior qualidade, transparência e eficiência na contratação de arquitectos. Como?

1. com maior transparência e justiça nos concursos públicos: já que este serviço auxilia as entidades públicas a encontrar arquitectos qualificados de forma imparcial e transparente e pode contribuir para evitar favorecimento ou escolhas baseadas apenas no critério do menor preço, privilegiando a qualidade dos projectos.
2. com a garantia de contratação de profissionais qualificados: uma vez que este serviço assegura que os projectos sejam desenvolvidos por arquitectos devidamente inscritos e activos e com experiência comprovada, o que reduz riscos de projectos mal elaborados, que podem levar a atrasos e custos extras nas obras públicas.
3. com a melhoria na qualidade arquitectónica e urbana: sendo que as obras públicas impactam directamente o espaço urbano e a vida das pessoas. Com um processo de encomenda mais estruturado, pode-se garantir projectos mais sustentáveis, funcionais e integrados ao contexto local.
4. com a valorização do trabalho do arquitecto: sendo que actualmente, há muitos concursos públicos em Portugal que pressionam arquitectos a trabalhar por valores muito baixos, prejudicando a qualidade do serviço e, logo, da arquitectura. O serviço de encomenda ajuda, sem dúvida, a definir honorários justos e evitar práticas que desvalorizam a profissão.
5. com a redução de problemas legais e técnicos: pois muitos problemas em obras públicas vêm de

projectos mal planeados ou inadequados à legislação. Ao envolver a OA no processo, há um maior controlo sobre o cumprimento de normas e boas práticas. Se o Serviço de Encomenda da SRLVT fosse mais utilizado pelo sector público, haveria melhor qualidade nas infraestruturas, menos desperdício de dinheiro e uma valorização do trabalho arquitectónico.

No entanto, há que referir: também trabalhamos para entidades privadas e somos cada vez mais procurados nesse sentido. E porquê?

Porque, efectivamente, este serviço é uma ferramenta estratégica para valorizar o papel do arquitecto na sociedade, beneficiar a classe profissional e ajudar as entidades adjudicantes (sejam públicas ou privadas).

É de claro entendimento dentro da SRLVT que o sector da encomenda tem promovido (e continua a fazê-lo) uma série de aspectos que consideramos cruciais para o desenvolvimento saudável da profissão, mas também da qualidade do espaço urbano.

Isto, através da valorização do papel do arquitecto na sociedade, onde desenvolvemos a promoção da arquitectura de qualidade, pois o serviço assegura que os projectos sejam desenvolvidos por profissionais qualificados, promovendo uma arquitectura que melhora a qualidade de vida e o ambiente urbano.

Podemos, certamente, assumir também que conseguimos a sensibilização da sociedade ao facilitar o acesso a arquitectos, pois o serviço pode ajudar a educar o público sobre a importância da arquitectura e do planeamento bem feito, combatendo a ideia de que o arquitecto é um luxo ou apenas um desenhador de “bonecos”. Com arquitectos mais envolvidos em projectos públicos e privados de qualidade, a sociedade passa a reconhecer o valor funcional, estético e sustentável que a arquitectura traz para cidades e comunidades.

São claros, também, os benefícios para a classe dos arquitectos, nomeadamente no combate à desvalorização profissional, uma vez que esse serviço garante que os honorários sejam justos, evitando que arquitectos aceitem valores abaixo do mercado ou sejam pressionados por concorrência desleal. Além de se criarem oportunidades, uma vez que é a SRLVT que conecta arquitectos a projectos que talvez não

tivessem acesso, principalmente jovens profissionais ou escritórios menores. Procura-se também uma melhoria na relação com clientes/entidades, com um serviço organizado e regulamentado, onde há mais transparência na contractação, evitando conflitos e garantindo que os arquitectos tenham um reconhecimento mais claro do seu papel. E há maior protecção profissional, na medida em que se ajuda a formalizar contractos, garantindo que arquitectos tenham segurança jurídica e evitando exploração ou falta de pagamento.

Analisados os contributos para com a classe Profissional e para com a sociedade, não se pode deixar de referir o apoio que é dado às entidades adjudicantes (públicas e privadas), nomeadamente na facilitação do processo de contractação. Muitas entidades (Câmaras Municipais, empresas, outros promotores) não sabem como encontrar arquitectos qualificados e o nosso serviço pode simplificar essa busca, através de uma ampla divulgação que é sempre realizada no lançamento do concurso, mas também após, na divulgação dos resultados, on-line, através de cadernos impressos e de exposições. Ao recorrer aos nossos serviços estas entidades têm a garantia de qualidade, com a certeza de que os arquitectos são credenciados e seguem boas práticas profissionais e evitam problemas futuros, uma vez que projectos bem elaborados desde o início evitam atrasos, derrapagens orçamentais e problemas legais nas obras.

É de referir ainda o fomento à sustentabilidade, porque a nossa secção pode direccionar as entidades para arquitectos que dominem conceitos de sustentabilidade, eficiência energética e construção responsável, através dos métodos de selecção e tipologias de concurso que existem. Sendo este serviço bem estruturado e promovido, pode elevar o papel do arquitecto na sociedade, fortalecer a classe profissional e melhorar a qualidade das construções em Portugal, e isso é fundamental na época em que vivemos.

Em suma, e analisando todas as partes envolvidas, julgamos poder assumir que o serviço de encomenda da SRLVT pode promover valores mais justos nos projectos ao estabelecer critérios que garantam transparência, equidade e qualidade na contractação de arquitectos, pois definimos:

1. honorários adequados – ao fornecer referências de honorários mínimos, evitando que os arquitectos

aceitem projectos por valores muito baixos, o que comprometeria a qualidade do trabalho. Isso protege tanto os profissionais quanto as entidades, garantindo que os preços sejam justos e proporcionais ao serviço prestado.

2. transparência e concorrência leal – porque ajudamos a evitar a contratação baseada apenas no menor preço, promovendo a escolha de arquitectos com base em critérios de qualidade, experiência e adequação ao projecto, o que impede práticas predatórias e a desvalorizações da profissão.
3. equilíbrio entre qualidade e custo – porque auxiliamos as entidades adjudicantes a entender o real valor de um projecto de arquitectura, evitando cortes de orçamento que prejudiquem a funcionalidade, sustentabilidade e segurança das edificações. Assim, os projectos deixam de ser apenas "baratos" e passam a ser bem pensados e eficientes a longo prazo.
4. garantia de contractos transparentes – incluindo modelos de contracto que assegurem clareza nas responsabilidades, prazos e pagamentos, protegendo tanto o arquitecto quanto as entidades. Isso reduz riscos de trabalho gratuito ou exploração do arquitecto.
5. promoção de boas práticas profissionais – porque incentivamos projectos que respeitem normas de sustentabilidade, acessibilidade e integração urbana. Dessa forma, o preço justo não se limita apenas ao valor financeiro, mas também ao impacto positivo do projecto na sociedade e no ambiente. Se for bem estruturado e amplamente utilizado, esse serviço pode elevar a qualidade dos projectos em Portugal, garantir remuneração justa para os arquitectos e ajudar clientes a fazer investimentos mais inteligentes e sustentáveis.

Desafios

Naturalmente que também enfrentamos alguns desafios e é o que propomos melhor enquadrar nos próximos passos na nossa função.

A participação em concursos de arquitectura exige atenção às regras do procedimento e à entrega de peças específicas. Estamos a trabalhar sobre como desburocratizar este papel, sem que se coloque em causa a qualidade do serviço que se pretende, nem dificulte a futura avaliação do júri, mas também que corresponda ao que as entidades esperam ao requisitar os nossos serviços.

Por outro lado, assumimos que a criação de uma Bolsa de Jurados será essencial no nosso desenvolvimento, na medida em que daremos um passo estratégico para garantir transparência, qualidade e credibilidade nos processos de selecção de projectos e arquitectos. Com a criação de uma Bolsa de Jurados, que já estamos a desenvolver, poderemos garantir maior transparência e imparcialidade, pois estaremos a elencar um painel de jurados previamente qualificado que evita favoritismos e assegura uma avaliação justa dos projectos e reduz o risco de concursos manipulados ou dirigidos, reforçando a confiança na Ordem dos Arquitectos e nos processos de encomenda da SRLVT. Em simultâneo, promovemos a qualidade arquitectónica, ao indicar jurados experientes que garantem que os critérios de avaliação sejam focados na excelência do projecto, e não apenas no menor preço ou na proposta mais rápida, assegurando que as decisões sejam técnicas e fundamentadas, beneficiando a qualidade dos edifícios e espaços públicos.

É evidente que esta bolsa contribuirá também para a profissionalização e valorização da arquitectura, pois irá elevar o nível de exigência dos concursos e da arquitectura em Portugal e fortalece a profissão ao garantir que as avaliações sejam feitas por arquitectos com experiência e conhecimento técnico adequado. Por outro lado, garantimos a diversidade de perfis e especializações, permitindo a selecção de especialistas conforme a tipologia do concurso (habitação, património, urbanismo, sustentabilidade, etc.). Isso garante que os projectos sejam analisados por profissionais com competências específicas para cada caso.

Haverá, sem dúvida, uma melhoria na credibilidade dos concursos e é esse um dos motes do nosso Mandato! Ainda existem muitos arquitectos e entidades adjudicantes que desconfiam da transparência dos processos de selecção. Ora, uma bolsa organizada pela SRLVT da OA assegura que as decisões sejam tomadas com critérios justos, objectivos e fundamentados.

Assim, a criação de uma bolsa de jurados para o Serviço de Encomenda SRLVT da OA trará mais rigor, justiça e qualidade para os concursos e processos de encomenda pública e privada. Além disso, ajudará a consolidar ainda mais a OA como uma entidade reguladora respeitada e referência na defesa da arquitectura de qualidade em Portugal.

Adicionalmente e de acordo com o Plano de Actividades para 2025 estamos a desenvolver um Manual de Boas Práticas sobre o sector da Encomenda da SRLVT da Ordem dos Arquitectos. Será essencial para estabelecer directrizes claras, uniformizar procedimentos e promover a qualidade e a transparência nas encomendas de projectos de arquitectura. A base deste documento será um directório com dados estatísticos que também já estamos a elaborar, desde os procedimentos de 2023 e até fim de 2024, e o objectivo é que possamos passar melhor a nossa mensagem às diferentes entidades, ilustrando tudo o que fazemos e os resultados que temos alcançado. Isto, através de um documento que queremos lançar.

Paralelamente, pretendemos, com este documento, e mais uma vez, definir critérios justos e objectivos para a selecção de arquitectos, evitando favorecimentos e garantindo processos claros, reforçando a credibilidade da OA como entidade reguladora e mediadora entre arquitectos e entidades adjudicantes. Estabeleceremos padrões mínimos de qualidade para os projectos encomendados, garantindo que as boas práticas arquitectónicas sejam seguidas e incentivaremos a escolha de arquitectos com base na competência técnica e criatividade, e não apenas no preço, protegendo os arquitectos de práticas desleais, como concursos sem remuneração adequada ou contractos abusivos. É importante que se avaliem modelos de honorários e contractos recomendados, evitando que os profissionais aceitem condições desvantajosas e forneceremos directrizes para um diálogo claro e profissional entre os arquitectos e as entidades (públicos e privados).

Pretendemos, com este documento que as entidades adjudicantes compreendam o valor do serviço de arquitectura, promovendo respeito e reconhecimento pelo trabalho dos arquitectos. Assim, facilita-se o trabalho de municípios, empresas e particulares que desejam contractar arquitectos, fornecendo um guia prático sobre como proceder corretamente, uniformizando as boas práticas em todo o país, evitando disparidades entre diferentes regiões ou instituições.

Por outro lado, podem incluir-se directrizes para promover a sustentabilidade, acessibilidade e eficiência energética nos projectos encomendados, estimular a adopção de soluções arquitectónicas inovadoras e alinhadas com os desafios contemporâneos.

Assim, o que pretendemos é estruturar e profissionalizar o sector, em prol dos arquitectos e servindo as entidades adjudicantes, melhorando a qualidade das construções em Portugal e, logo, o património construído.

Por fim e em conclusão, consideramos vital a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste sector, pela luta pelo direito dos arquitectos em Portugal. Lutar pelo direito dos arquitectos em Portugal exige uma abordagem estruturada e colectiva, envolvendo acção política, regulamentação, valorização profissional e sensibilização da sociedade.

Fomentar o Serviço de Encomenda da SRLVT da OA garantirá que os arquitectos sejam contratados de forma justa e profissional e sensibilizará a sociedade e as várias entidades, educando o público sobre o valor da arquitectura. Há que mostrar que contratar um arquitecto é um investimento na qualidade do ambiente construído e desmistificar a ideia de que a arquitectura é um luxo, reforçando a sua importância para a segurança, funcionalidade e sustentabilidade das construções.

Desafiamos o governo a participar em debates e reivindicar políticas públicas que valorizem o papel do arquitecto, nomeadamente, na luta por legislação que proteja os arquitectos contra a concorrência desleal e o abuso de poder em concursos públicos.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.

OBSERVATÓRIO DA ENCOMENDA

Representação gráfica do Observatório da Encomenda – Concursos Públicos – Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

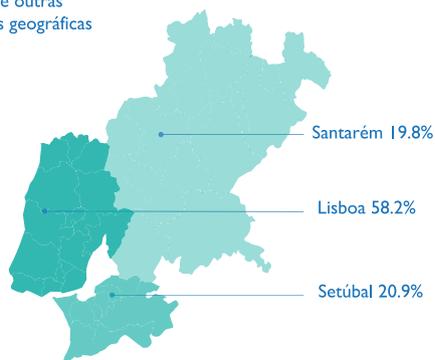
DADOS REFERENTES AO 2.º SEMESTRE DE 2024

CONCURSOS PÚBLICOS
SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
2.º SEMESTRE DE 2024

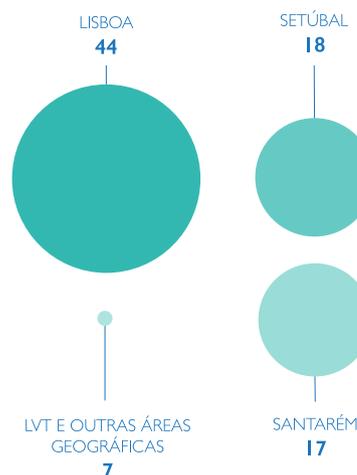
86
CONCURSOS
2.º Semestre 2024

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
CONCURSOS

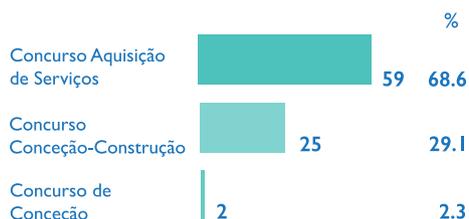
LVT e outras
áreas geográficas
1.1%



Considerando a área geográfica da OASRLVT, 58,2 % dos concursos localizaram-se no distrito de Lisboa



MODALIDADE
CONCURSOS



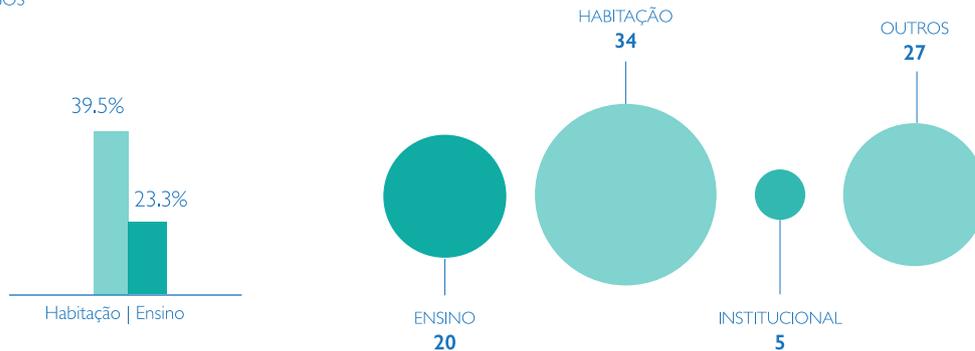
ASSESSORIA
OASRLVT



Os dois concursos de conceção publicados em DR contaram com a assessoria da OASRLVT. A partir da data de publicação do Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, que cria um regime de conceção-construção especial, integrado no regime das medidas especiais de contratação pública com vista à agilização procedimental, verificou-se um aumento significativo da modalidade conceção-construção, considerando que entre 2020 e 2022 só foram lançados dois, e no 2.º semestre de 2024 foram lançados vinte e cinco.

CONCURSOS PÚBLICOS
 SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
 2.º SEMESTRE DE 2024

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO
 CONCURSOS



A habitação e o ensino foram os programas com maior investimento, correspondendo a 62,8% dos concursos em análise na amostra.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
 CONCURSOS



Dos 86 concursos em análise, 97,7% dos concursos tiveram o preço como critério de adjudicação, sendo que apenas os 2 concursos de conceção lançados com a assessoria da OASRLVT é que não incluíram o preço. A seleção de projetos com base no critério preço, compromete e condiciona a qualidade técnica dos serviços a contratar bem como a qualidade construtiva do que se pretende edificar.

PREÇO BASE MÉDIO (% SOBRE VALOR DE OBRA)
 CONCURSOS



Considerando o universo da amostra de concursos onde foi possível aferir a estimativa de custo de obra, verificou-se que no 2.º semestre de 2024, o preço base médio nos concursos com a assessoria da OASRLVT foi de 5% sobre o valor da obra, sendo que nos últimos 3 anos o preço base médio dos concursos com a assessoria da OASRLVT foi de 5,8%.

O observatório de concursos de arquitetura da área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo resulta da monitorização diária dos procedimentos para aquisição de serviços de arquitetura publicados em Diário da República no 2.º Semestre de 2024, foram publicados 86 concursos, dos quais foi possível apurar os dados apresentados.

OBSERVATÓRIO DA ENCOMENDA – CONCURSOS PÚBLICOS

Por **CÉLIA MAIA, CÉLIA FARIA, DÉBORA FÉLIX**, ARQUITETAS

No 2.º semestre de 2024, os únicos concursos publicados com base em critérios exclusivamente de qualidade corresponderam aos dois concursos de conceção que contaram com a assessoria da OSRLVT.

A OASRLVT defende que a adjudicação de serviços de arquitetura deve ser apenas fundamentada na qualidade técnica dos serviços a contratar.

A OASRLVT desenvolve um trabalho contínuo e ativo na defesa e promoção da qualidade da arquitetura e da dignidade e prestígio da profissão, quer junto dos seus membros, quer da sociedade civil.

O pelouro da encomenda tem vindo a estabelecer parcerias com diversas entidades públicas e privadas por forma a fomentar a divulgação, ampliação e aproximação à sociedade, no campo da arquitetura, através da colaboração na organização e regulamentação de concursos e prémios.

A participação da OASRLVT em concursos para aquisição de serviços de arquitetura pauta-se por fomentar o desenvolvimento de práticas salutaras garantindo o seguinte:

– Adequação da modalidade do procedimento ao objeto de intervenção.

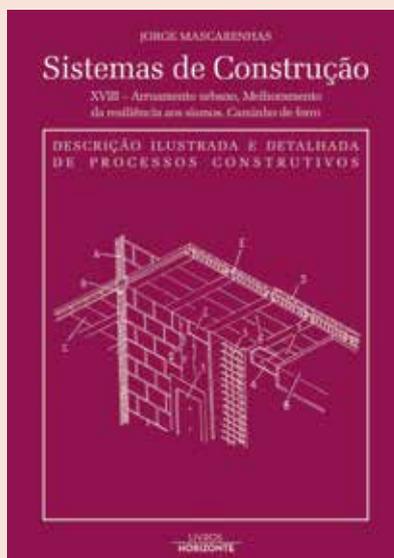
- Adequação dos elementos a apresentar pelos concorrentes.
- Adequação do valor dos prémios.
- Constituição do Júri, com uma maioria de arquitetos e integração de outros elementos com habilitação profissional adequada ao objeto de concurso.
- Calendário do concurso coerente com o objeto do concurso e com os elementos pedidos para formalização das soluções projetuais.
- Seleção com base em critérios de qualidade e competência técnica.
- Correta definição dos aspetos contratuais em proporção à dimensão do projeto, nomeadamente o valor base de contratação e os prazos de execução.
- Correto enquadramento dos direitos de autor.



5+5 LUPASTUDIO: OBRAS SELECIONADAS 2014-2024

Autores: Tiago Botelho Alberto, Gil Sousa Dias e Pedro Cunha
Editora: Caleidoscópico, 2024
Língua: Portuguesa
ISBN: 9789896589073
Cota: MP-LUPA 01

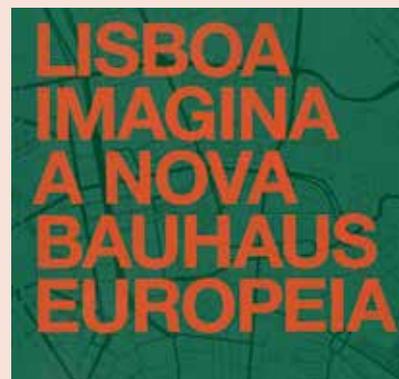
A editora Caleidoscópico lançou a monografia “5+5”, dedicada ao trabalho do coletivo LUPastudio, fundado por Tiago Botelho Alberto, Gil Sousa Dias e Pedro Cunha, associados desde 2014. Dez obras projetadas na última década, construídas ou não, são apresentadas nas 140 páginas do livro, ilustradas com fotografias a cores, plantas e textos de enquadramento. Os autores destacam, entre outras, a Casa Miradouro em Ourém, a ERpl Bragança e o Conjunto Habitacional dos Três Vales em Almada. O leitor pode ainda ler um texto que documenta a história do Ateliê e a sua “Visão e Filosofia de Design”, uma listagem exaustiva de todos os trabalhos realizados e uma biografia dos autores.



SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO XVIII: ARRUAMENTO URBANO, MELHORAMENTO DA RESILIÊNCIA AOS SISMOS, CAMINHO DE FERRO

Autor: Jorge Mascarenhas
Editora: Livros Horizonte, 2025
Língua: Portuguesa
ISBN: 9789722421287
Cota: CST-PC 012 XVIII

O volume dezoito da prestigiada coleção Sistemas de Construção, dedica o primeiro capítulo à construção de arruamentos, descrevendo as fases de execução, a reabilitação da rede de abastecimento de água e os projetos de especialidades. Em matéria de melhoramento da resistência a sismos, Jorge Mascarenhas apresenta um contributo para o reforço de edifícios de diferentes épocas, tendo como base o estudo das edificações da cidade de Lisboa, da Idade Média à década de oitenta, do século XX. Considerando o impacto dos transportes na sustentabilidade ambiental, o último capítulo do livro descreve em pormenor os processos construtivos do caminho-de-ferro, enumerando ainda as vantagens deste transporte versus uso do automóvel elétrico.



LISBOA IMAGINA A NOVA BAUHAUS EUROPEIA

Autor: Coord. Lisboa Ocidental SRU
Editora: CML-SRU, 2024
Língua: Portuguesa
ISBN: 978989337035
Cota: CAT 195

O catálogo da Exposição “Lisboa imagina a nova Bauhaus europeia”, que esteve patente em Lisboa de 29 de Abril a 11 de Outubro de 2024, dá a conhecer os trabalhos vencedores de 12 concursos públicos de concepção: cinco projetos de equipamentos, um projeto de espaço público e seis projetos de habitação, na sequência dos concursos promovidos pela CML em 2022-2023, em parceria com a SRLVT da O.A. É ainda possível ler as intervenções dos participantes nos dois debates associados à exposição, que decorreram nos Paços do Concelho de Lisboa, nos dias 11 e 22 de Abril de 2024, entre as quais as do Presidente da SRLVT, Pedro Novo e do Presidente da O.A. Avelino Oliveira.

Francisco Nogueira

Instagram: @franciskonogueira

Barragem de Castelo do Bode

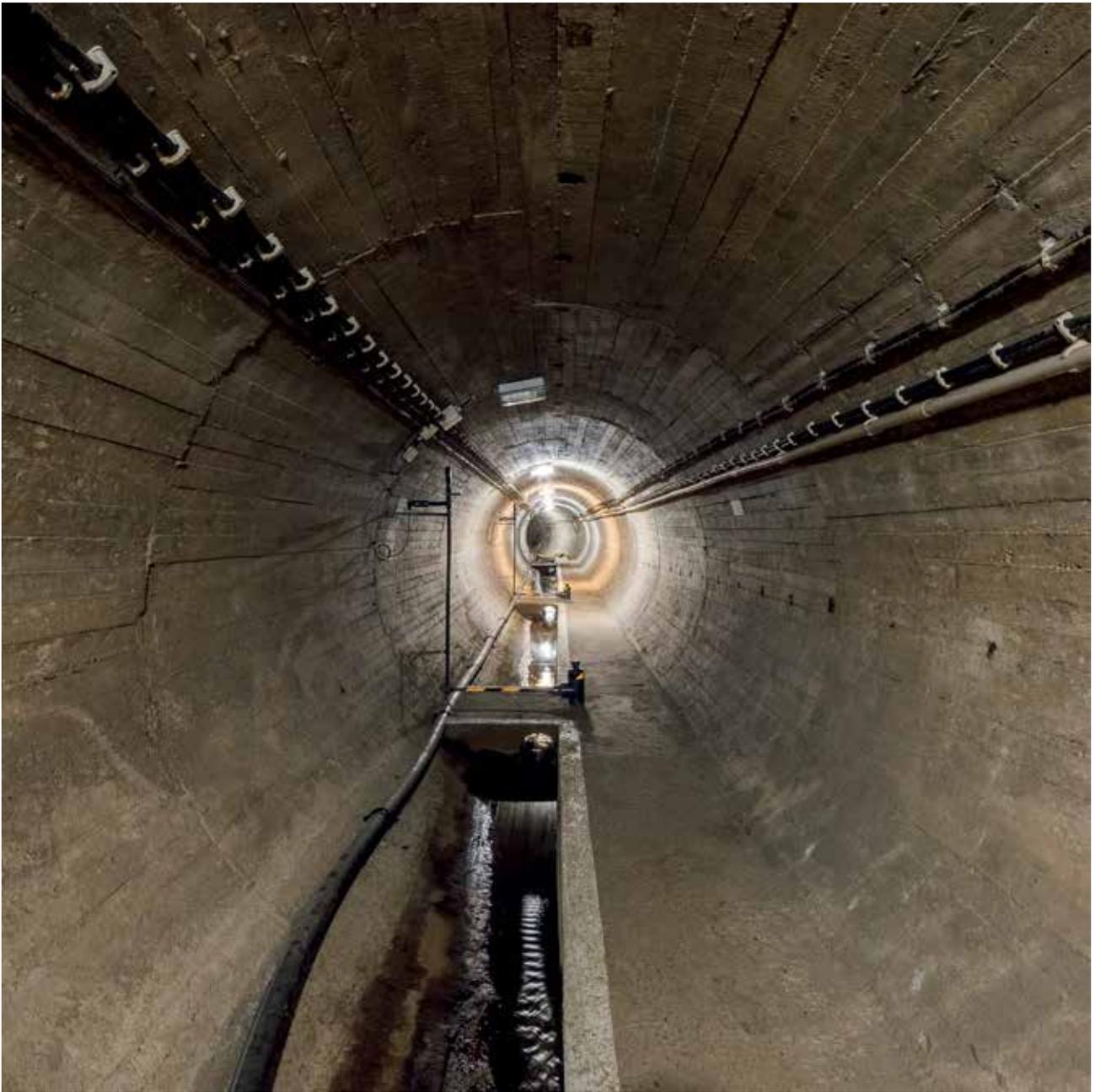
Este conjunto de fotografias da Barragem de Castelo do Bode foi feito para a EDP em 2023, documentando esta estrutura inaugurada em 1951, projecto do engenheiro francês André Coyne. Esta barragem é responsável por quase 1% da energia consumida em Portugal e por onde passam aproximadamente 2,35 trilhões de litros de água por ano, números que ajudam a perceber a escala desta obra.

O trabalho foi agora reeditado e reinterpretado, procurando um olhar menos objectivo e mais focado nos aspectos formais e eventualmente poéticos que um edifício desta tipologia e natureza técnica

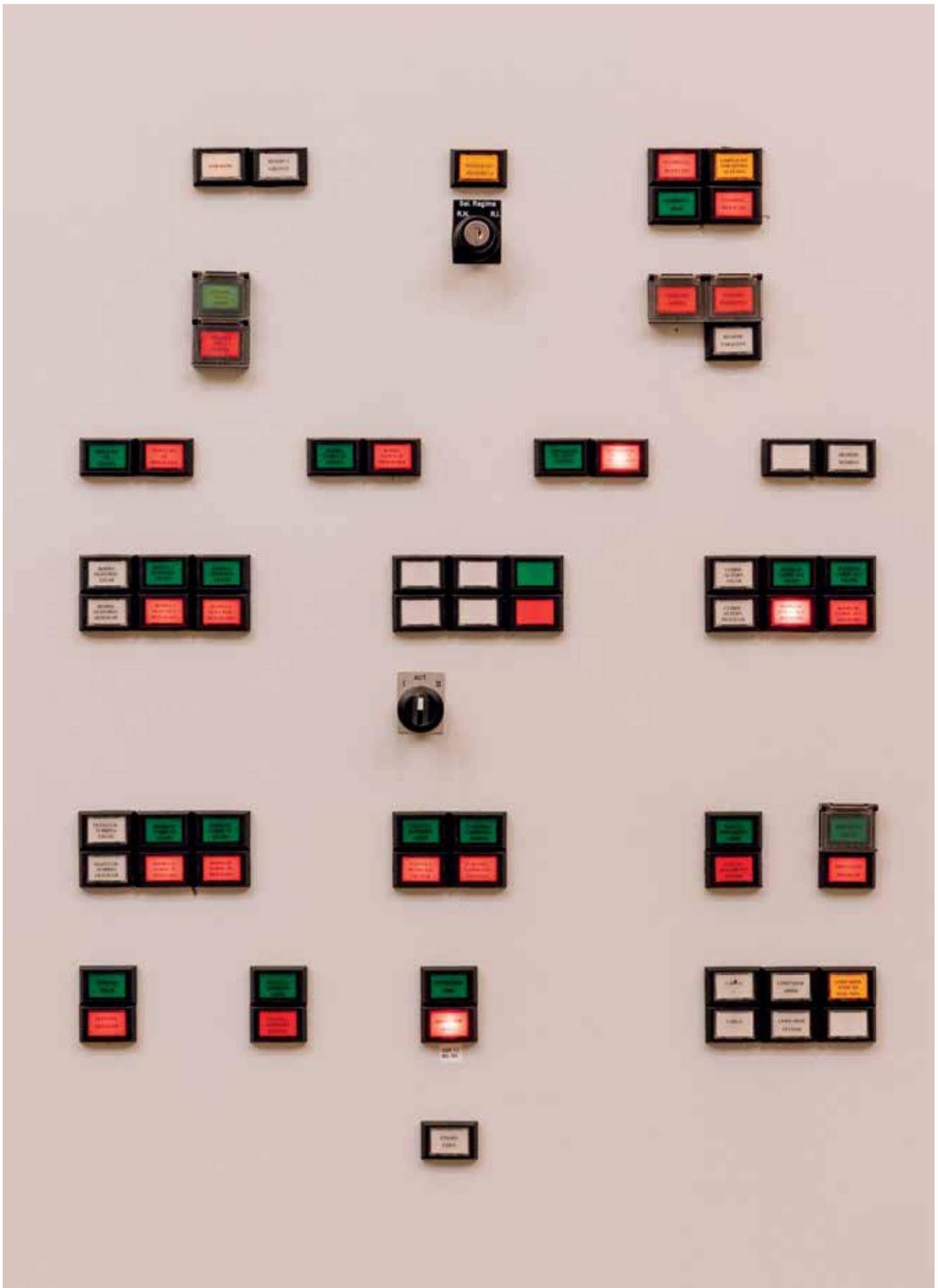
pode ter. As imagens articulam-se em dípticos, procurando estabelecer diálogos visuais que relacionam as diferentes atmosferas que caracterizam os espaços – desde o paredão que sustenta o nível de água da barragem, aos túneis que atravessam os seus 115m de altura e 400m de comprimento, aos grupos de geradores, ou aos painéis de controlo eléctrico – e acentuam imponência desta construção.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.













(REEDIÇÃO)

**ENCICLOPÉDIA
PRÁTICA
DA
CONSTRUÇÃO
CIVIL**

E. Pereira da Costa, Edição de autor, 1955

**10%
DESCONTO***

~~75,00€~~
67,50€*

À venda na sede da **ORDEM DOS ARQUITECTOS**
Encomende através do email: lv.secretaria@ordemdosarquitectos.pt



**10%
DESCONTO***

~~15,90€~~
14,31€ *



**30%
DESCONTO***
até dezembro de 2025

~~18,07€~~
12,65€ *

* membros da Ordem dos Arquitectos



VERDASCA[®]
GROUP



verdascagroup.pt



Painel GRC



Laje Treliçada



Painel Duplo



Varanda



Pilares



Soluções Modulares



Escada



Pré-Laje e
Laje Alveolar



Painel Sandwich



Painel Maciço



Núcleo Elevatório

**A Arquitetura do Amanhã Começa
Com os Materiais de Hoje**

VIDETRA



Vidreira de Sintra, Lda.

Vidro Curvo e Impressão Digital

FABRICAMOS E INSTALAMOS TODO O TIPO DE VIDROS PARA CONSTRUÇÃO E INDÚSTRIA

VIDRO CURVO

Informações

- Temperado
- Temperado Laminado
- Possibilidade de impressão digital
- Espessuras de 4mm a 19mm
- Tamanho Máximo: 3200mmX3600mm
- Tamanho Mínimo: 400mmX600mm



PRODUZIDO NAS NOSSAS INSTALAÇÕES



FABRICANTE DE:

- VIDRO CURVO;
- VIDRO TEMPERADO LAMINADO
- VIDRO TEMPERADO
- VIDRO DUPLO TERMO ISOLANTE
- ANTI BALA
- ESPELHOS
- TESTE HST

IMPRESSÃO DIGITAL

Informações

- Imagens full HD, pequeno e grande formato
- Desenhos personalizados com possibilidades ilimitadas;
- Maior Durabilidade: mantém a qualidade das imagens;
- Maior Resistência: Resistente aos raios solares e à humidade



VIDETRA A CRESCER DESDE 1960

Entrega e montagem em todo o território nacional
Equipamentos de última geração
Preços competitivos



